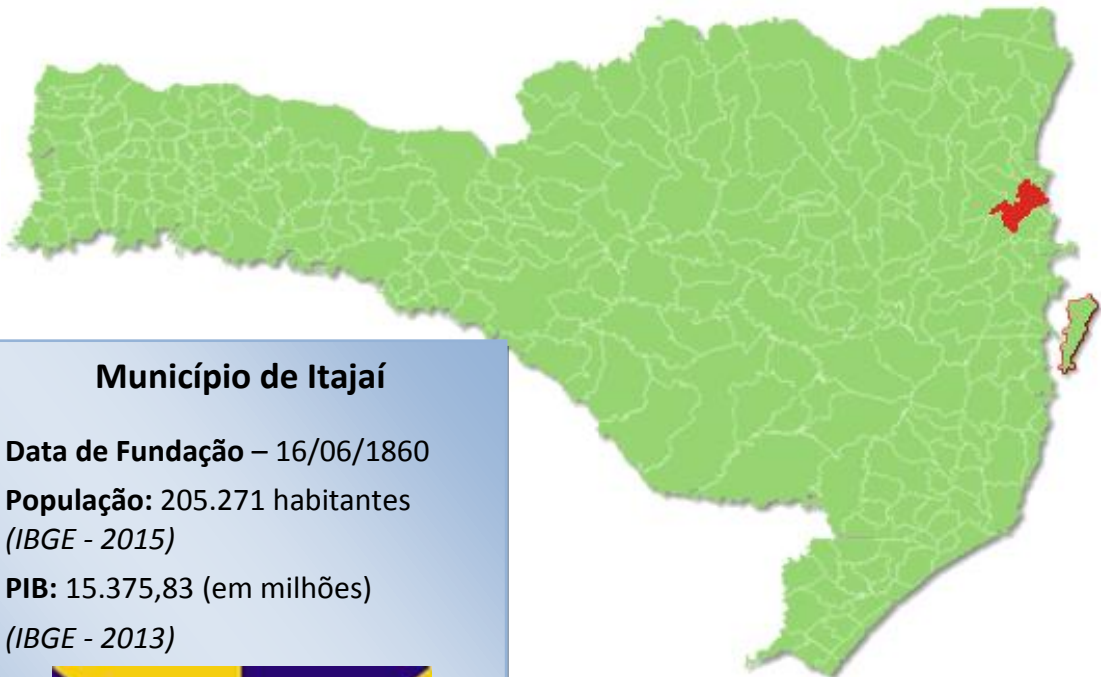




TRIBUNAL
DE CONTAS
DE SANTA
CATARINA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO EXERCÍCIO DE 2015



Município de Itajaí

Data de Fundação – 16/06/1860

População: 205.271 habitantes
(IBGE - 2015)

PIB: 15.375,83 (em milhões)
(IBGE - 2013)



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	5
3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	6
3.1. Apuração do resultado orçamentário	7
3.2. Análise do resultado orçamentário	8
3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias	9
4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA	16
4.1. Situação Patrimonial	16
4.2. Análise do resultado financeiro	17
4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos	18
4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira	21
4.4. Situação Atuarial do Regime Próprio de Previdência	24
5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES	26
5.1. Saúde	26
5.2. Ensino	28
5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências	28
5.2.2. FUNDEB	29
5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)	32
5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município	32
5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo	34
5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo	35
6. CONSELHOS MUNICIPAIS	36
6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS – FUNDEB)	37
6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS)	38
6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	43
6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)	43
6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)	44

6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa)	45
7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010	46
8. RESTRIÇÕES APURADAS	50
9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2015	51
CONCLUSÃO	51
ANEXO	54
APÊNDICE	55

PROCESSO	PCP 16/00298564
UNIDADE	Município de Itajaí
RESPONSÁVEL	Sr. Jandir Bellini - Prefeito Municipal
ASSUNTO	Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2015
RELATÓRIO N°	2554/2016

INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, no uso de suas competências para a efetivação do controle externo consoante disposto no artigo 31, § 1º, da Constituição Federal e dando cumprimento às atribuições assentes nos artigos 113 da Constituição Estadual e 50 e 54 da Lei Complementar nº 202/2000, procedeu ao exame das Contas apresentadas pelo Município de Itajaí, relativas ao exercício de 2015.

O presente Relatório abrange a análise do Balanço Anual do exercício financeiro de 2015 e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária enviadas por meio eletrônico, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Municipal, em atendimento às disposições dos artigos 20 a 26 da Resolução nº TC-16/94, alterada pela Resolução nº TC-77/2013, e artigo 22 da Instrução Normativa nº TC-02/2001, bem como o artigo 3º, I da Instrução Normativa nº TC-04/2004.

A referida análise deu-se basicamente na situação Patrimonial, Financeira e na Execução Orçamentária do Município, não envolvendo o exame de legalidade e legitimidade dos atos de gestão, o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal de Contas.

No que tange a análise da situação Patrimonial e Financeira foram abordados aspectos sobre a composição do Balanço, apuração do resultado financeiro e de quocientes patrimoniais e financeiros para auxiliar a análise dos resultados ao longo dos últimos cinco exercícios.

Registre-se que a média regional indicada no presente relatório corresponde à respectiva Associação de Municípios que abrange Itajaí, sendo que as médias do exercício em análise foram geradas em 03/10/2016 conforme base de dados constituída a partir das informações bimestrais encaminhadas

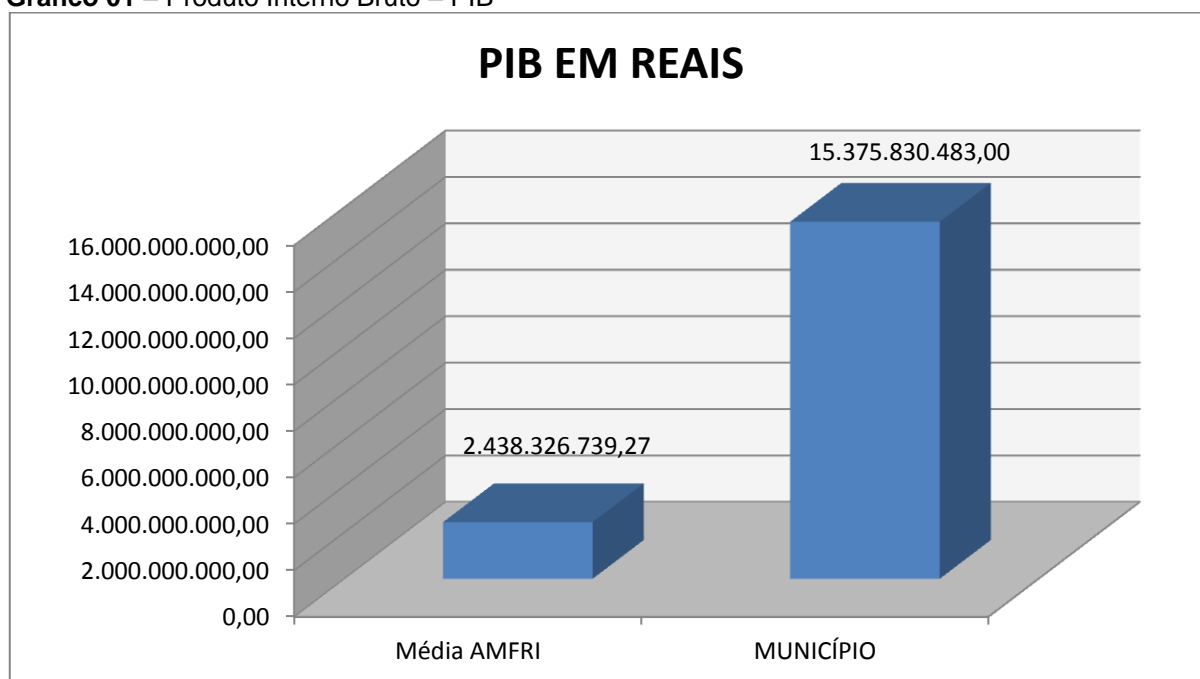
pelos municípios através do Sistema e-Sfinge e as médias dos exercícios anteriores a partir dos dados analisados, julgados ou apreciados por este Tribunal.

Com referência a análise da Gestão Orçamentária tomou-se por base os instrumentos legais do processo orçamentário, a execução do orçamento de forma consolidada a apuração e a evolução do resultado orçamentário, atentando-se para o cumprimento dos limites constitucionais e legais estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

O Município de Itajaí tem uma população estimada em 205.271¹ habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,80². O Produto Interno Bruto alcançava o valor de R\$ 15.375.830.483,00³, revelando um PIB per capita à época de R\$ 77.730,69, considerando uma população estimada em 2013 de 197.809 habitantes.

Gráfico 01 – Produto Interno Bruto – PIB



Fonte: IBGE – 2013

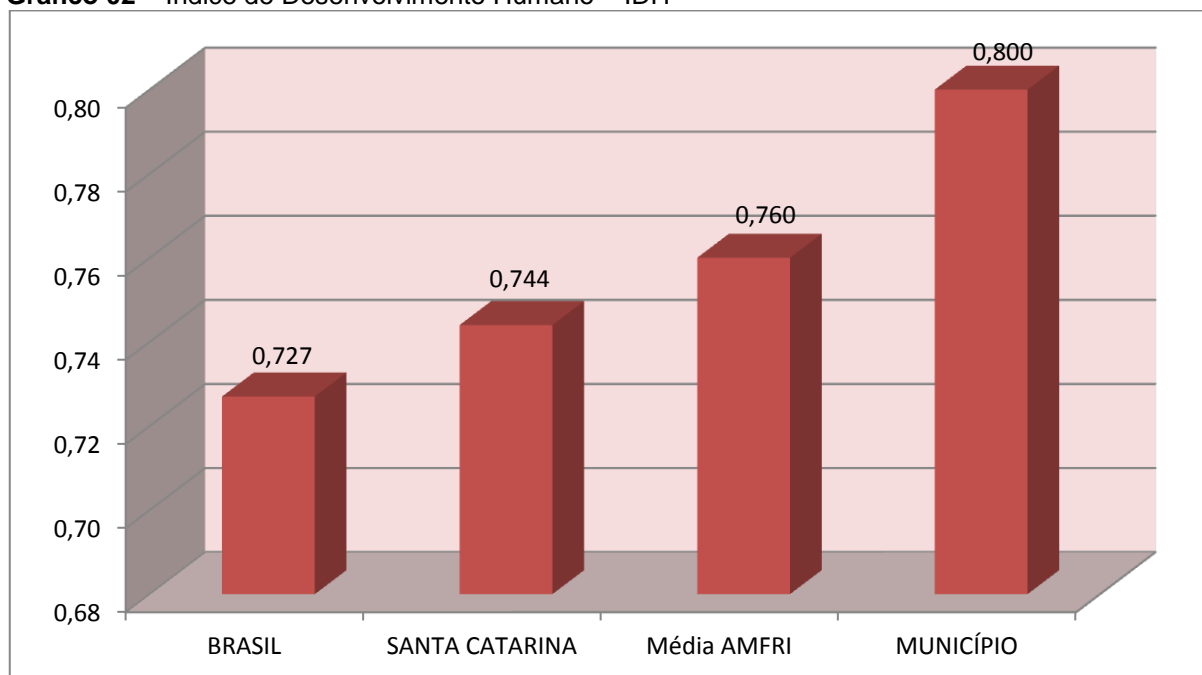
No tocante ao desenvolvimento econômico e social mensurado pelo IDH/PNUD/2010, o Município de Itajaí encontra-se na seguinte situação:

¹ IBGE - 2015

² PNUD - 2010

³ Produto Interno Bruto dos Municípios – IBGE/2013

Gráfico 02 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH



Fonte: PNUD – 2010

3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da gestão orçamentária envolve os seguintes aspectos: demonstração da apuração do resultado orçamentário do presente exercício, com a demonstração dos valores previstos ou autorizados pelo Poder Legislativo; apurando-se quocientes que demonstram a evolução relativa do resultado da execução orçamentária do Município; a demonstração da execução das receitas e despesas, cotejando-as com os valores orçados, bem como a evolução do esforço tributário, IPTU per capita e o esforço de cobrança da dívida ativa. Por fim, apura-se o total da receita com impostos (incluídas as transferências de impostos) e a receita corrente líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, as datas das audiências públicas realizadas e o valor da receita e despesa inicialmente orçadas:

Quadro 01 – Leis Orçamentárias

LEIS		DATA DAS AUDIÊNCIAS	RECEITA ESTIMADA	
PPA	6.347/2013	13/05/2013		1.197.211.958,00
LDO	6.594/2014	13/08/2014	DESPESA FIXADA	1.197.211.958,00
LOA	6.631/2014	10/10/2014		

3.1. Apuração do resultado orçamentário

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada, resultou no Superávit de execução orçamentária da ordem de **R\$ 69.814.532,44**, correspondendo a **6,08%** da receita arrecadada.

Salienta-se que o resultado consolidado, Superávit de R\$ 69.814.532,44, é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, Déficit de R\$ 9.796.944,49 e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais de R\$.

Excluindo o resultado orçamentário do Instituto de Previdência de Itajaí - IPI, o Município apresentou Déficit de R\$ 3.095.682,47.

Ressalta-se que o Déficit em questão foi totalmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior (R\$ 65.219.716,72), conforme demonstrado na apuração da variação do patrimônio financeiro (item 4.2, deste Relatório).

Assim, a execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

Quadro 02 – Demonstração do Resultado da Execução Orçamentária (em Reais) – 2015

Descrição	Previsão/Autorização	Execução	% Executado
RECEITA	1.197.211.958,00	1.148.809.189,66	95,96
DESPESA (considerando as alterações orçamentárias)	1.429.320.181,38	1.078.994.657,22	75,49
Superávit de Execução Orçamentária		69.814.532,44	
Resultado Orçamentário Consolidado Excluído o IPI			
	Superávit Consolidado Ajustado	Superávit do IPI	Déficit excluído o IPI
RECEITA	1.148.809.189,66	127.453.685,54	1.021.355.504,12
DESPESA	1.078.994.657,22	54.543.470,63	1.024.451.186,59
Resultado de Execução Orçamentária	69.814.532,44	72.910.214,91	3.095.682,47

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: A divergência entre a variação do patrimônio financeiro sem o IPI e o resultado da execução orçamentária sem o IPI, no montante de R\$ 251.200,87, considerando o cancelamento de Restos a Pagar no valor de R\$ 4.245.421,43, sendo R\$ 4.180.785,11 de Restos a Pagar Não Processados e R\$ 64.636,22 de Restos a Pagar Processados, é objeto de restrição da Capítulo 8, deste Relatório.

Obs.: A receita no montante de R\$ 127.453.685,54, assim como a despesa no montante de R\$ 54.543.470,63, consideradas as Transferências Financeiras, se referem exclusivamente ao RPPS.

3.2. Análise do resultado orçamentário

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e Municípios distintos.

A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do Quociente de Resultado Orçamentário do Município de Itajaí nos últimos 5 anos:

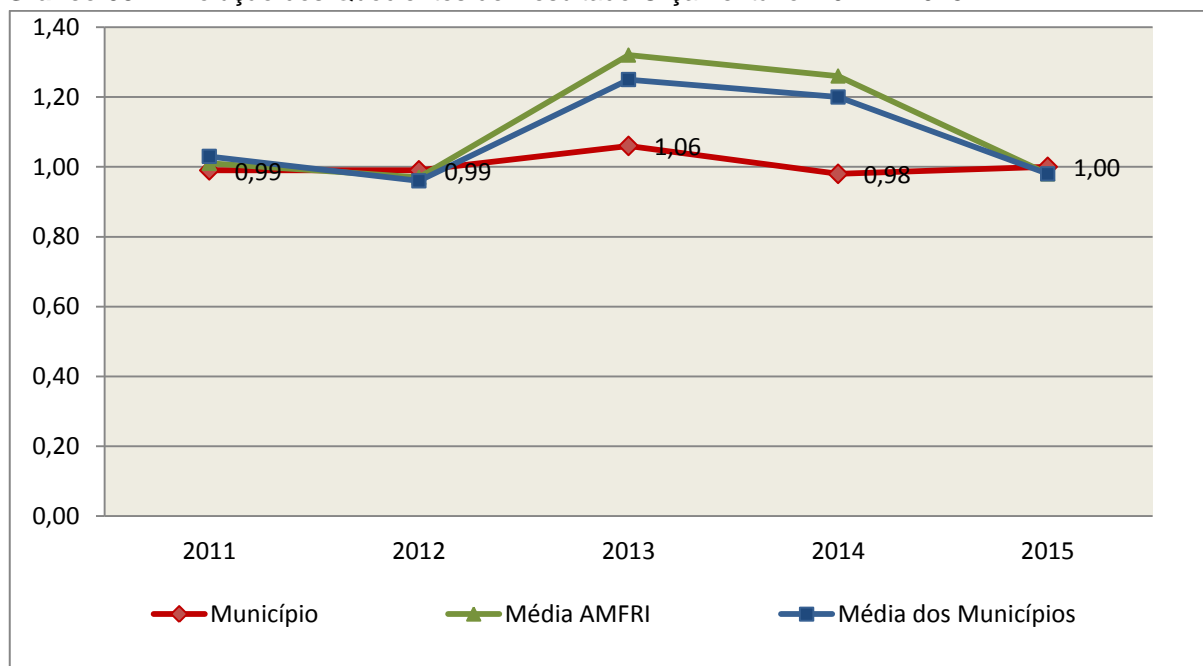
Quadro 03 – Quocientes de Resultado Orçamentário – Excluído RPPS – 2011-2015

ITENS / ANO	2011	2012	2013	2014	2015
1 Receita realizada	632.258.680,84	703.859.365,84	804.720.801,78	902.477.754,53	1.021.355.504,12
2 Despesa executada	639.704.787,99	708.679.087,28	760.887.416,61	918.156.177,01	1.024.451.186,59
QUOCIENTE	2011	2012	2013	2014	2015
Resultado Orçamentário (1÷2)	0,99	0,99	1,06	0,98	1,00

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).

Gráfico 03 – Evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário: 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação de recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 1.148.809.189,66**, equivalendo a **95,96%** da receita orçada.

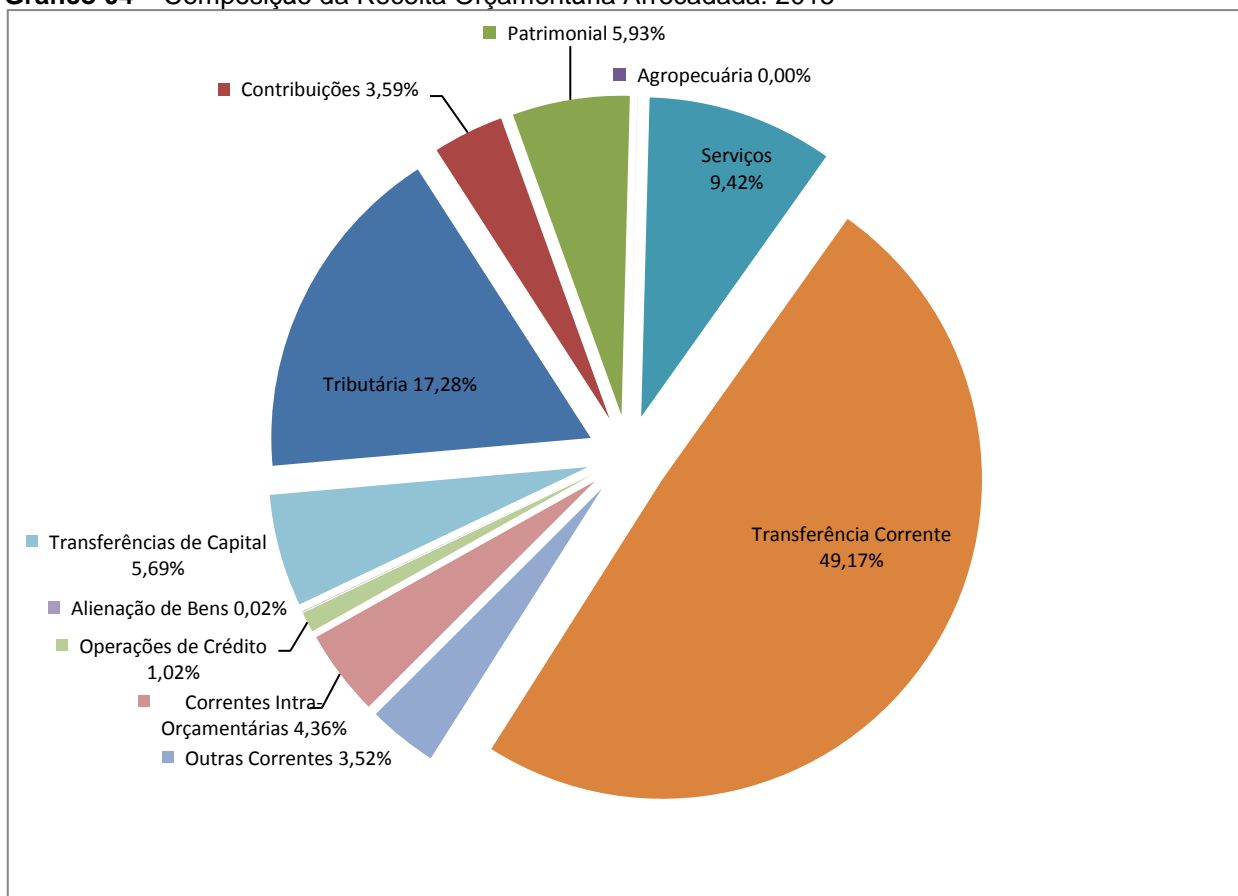
As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:

Quadro 04 – Comparativo da Receita Orçamentária Prevista e Arrecadada (em Reais): 2015

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	% ARRECADADO
Receita Tributária	221.665.000,00	198.529.127,73	89,56
Receita de Contribuições	28.250.000,00	41.228.550,50	145,94
Receita Patrimonial	37.047.639,00	68.174.777,85	184,02
Receita Agropecuária	120.000,00	55.557,61	46,30
Receita de Serviços	112.545.250,00	108.167.713,37	96,11
Transferências Correntes	640.556.294,00	564.829.196,10	88,18
Outras Receitas Correntes	33.171.987,00	40.444.595,11	121,92
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	38.019.424,00	50.033.967,52	131,60
RECEITA CORRENTE	1.111.375.594,00	1.071.463.485,79	96,41
Operações de Crédito	34.499.900,00	11.752.876,82	34,07
Alienação de Bens	290.000,00	281.950,00	97,22
Transferências de Capital	51.046.264,00	65.310.877,05	127,94
Outras Receitas de Capital	200,00	-	-
RECEITA DE CAPITAL	85.836.364,00	77.345.703,87	90,11
TOTAL DA RECEITA	1.197.211.958,00	1.148.809.189,66	95,96

Fonte: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Gráfico 04 – Composição da Receita Orçamentária Arrecadada: 2015

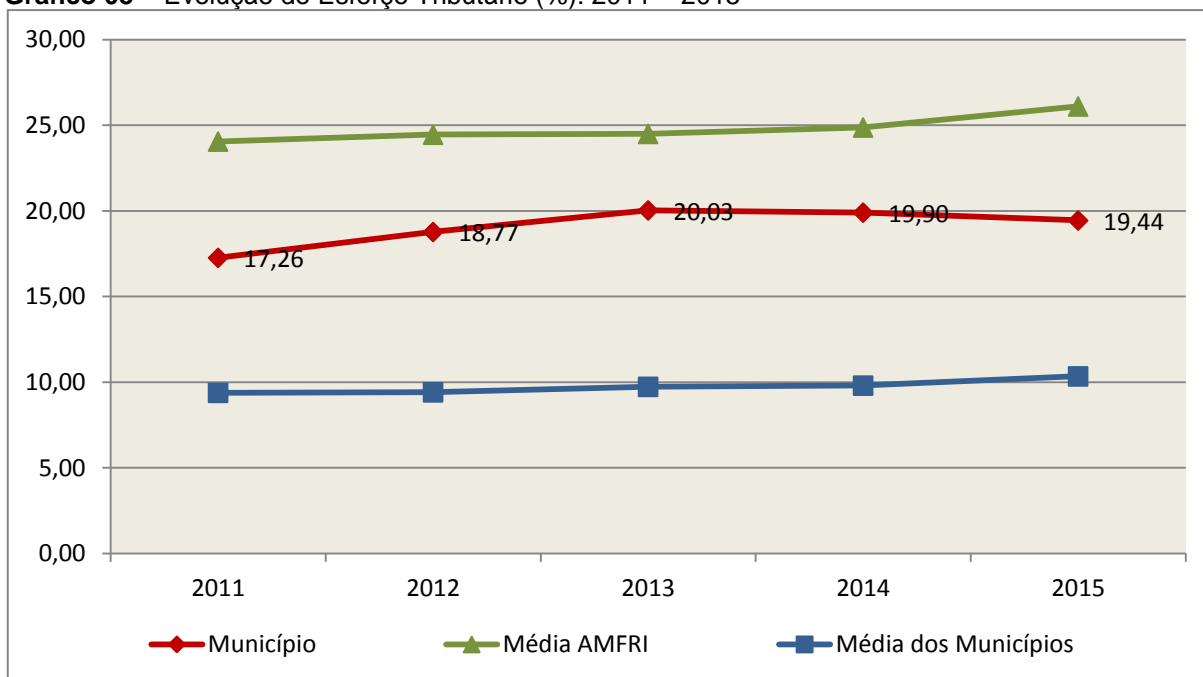


Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O gráfico anterior apresenta a relação de cada receita por origem com o total arrecadado no exercício. Destaca-se que parcela significativa da receita, **49,17%**, está concentrada nas transferências correntes.

Um aspecto importante a ser analisado na gestão da receita orçamentária pode ser traduzido como “esforço tributário”. O gráfico que segue mostra a evolução da receita tributária em relação ao total das receitas correntes do Município.

Gráfico 05 – Evolução do Esforço Tributário (%): 2011 – 2015

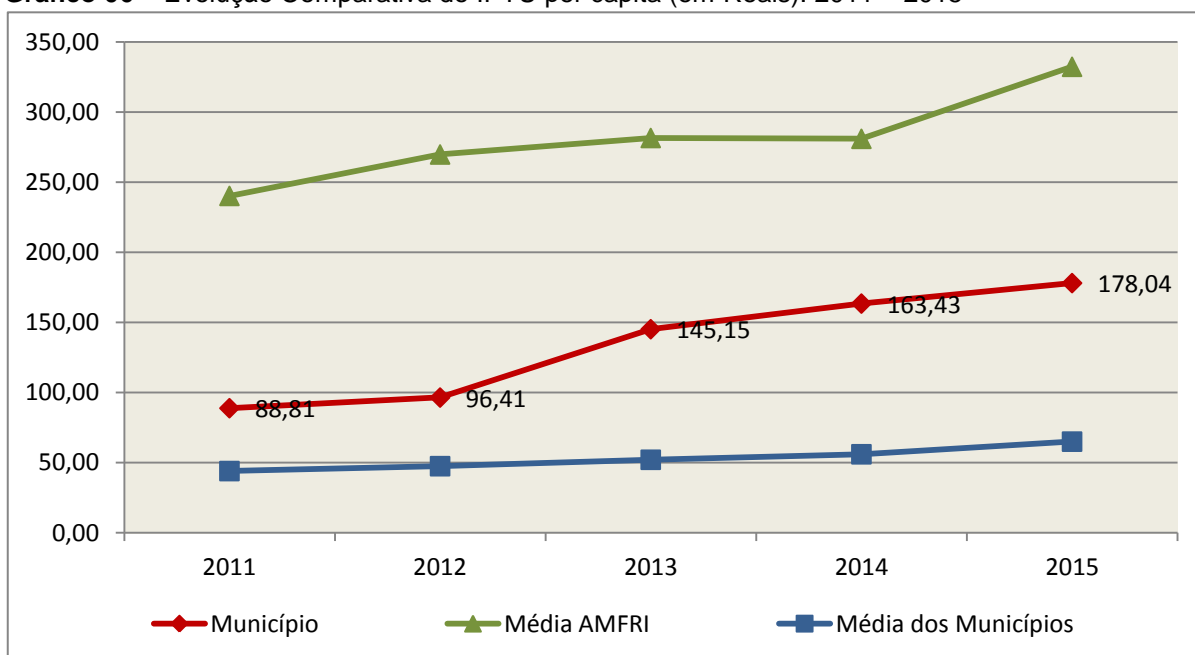


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Relativamente às receitas arrecadadas, deve-se dar destaque às receitas próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaca-se no gráfico a seguir a evolução do IPTU arrecadado *per capita* nos últimos 5 (cinco) anos.

Gráfico 06 – Evolução Comparativa do IPTU per capita (em Reais): 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados, IBGE e análise técnica.

A Dívida Ativa apresentou o seguinte comportamento no exercício em análise:

Quadro 05 – Movimentação da Dívida Ativa (em Reais): 2015

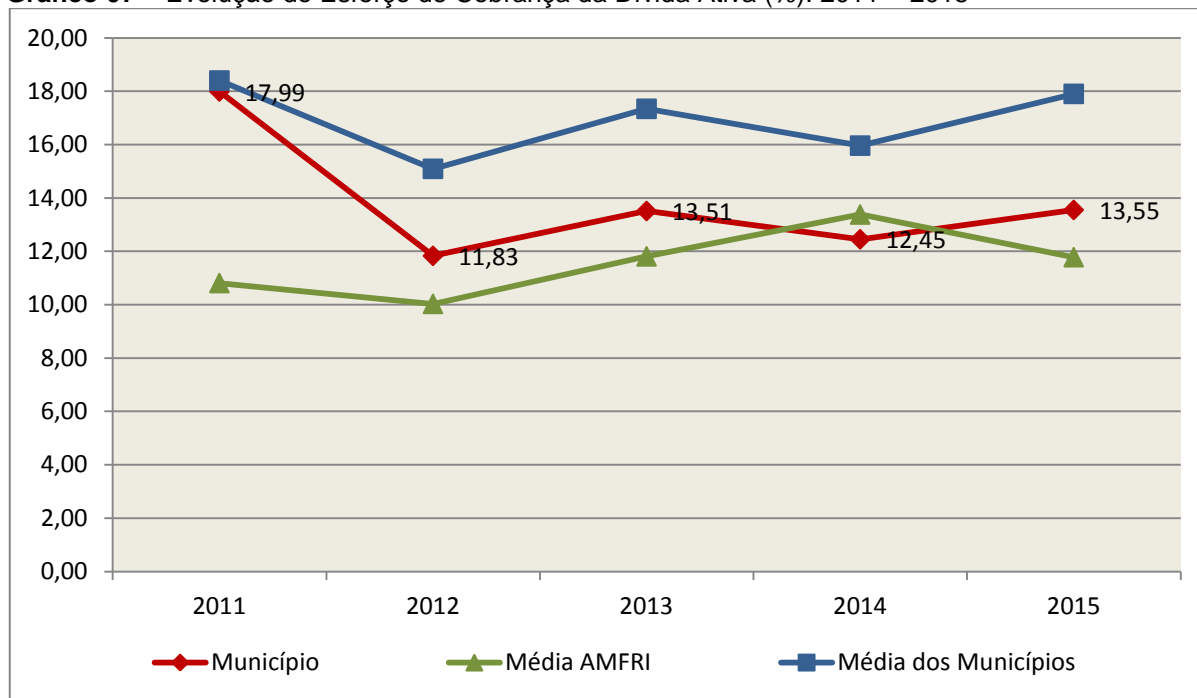
Saldo Anterior	Inscrição/Transferência s/ Atualização	Recebimento	Transferências/ Outras Baixas	Saldo Final
113.328.846,00	42.173.020,62 (*) 2.799.530,29	15.354.297,18	14.809.548,31	128.137.551,42

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados.

(*) Obs. O valor de R\$ 2.799.530,29 referente provisões para perdas, conta redutora do saldo anterior, foi repostado na coluna Inscrição/Transferências/Atualização, para que o saldo final represente todos os valores a receber registrados em contas de Dívida Ativa, desconsideradas as provisões.

Importante também analisar a eficiência na cobrança da dívida ativa ao longo dos últimos cinco anos. O gráfico seguinte mostra o percentual de dívida ativa recebida em relação ao saldo do exercício anterior:

Gráfico 07 – Evolução do Esforço de Cobrança da Dívida Ativa (%): 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

No tocante as despesas executadas em contraposição às orçadas (incluindo as alterações orçamentárias), segundo a classificação funcional, tem-se a demonstração do próximo quadro:

Quadro 06 – Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada:
2015

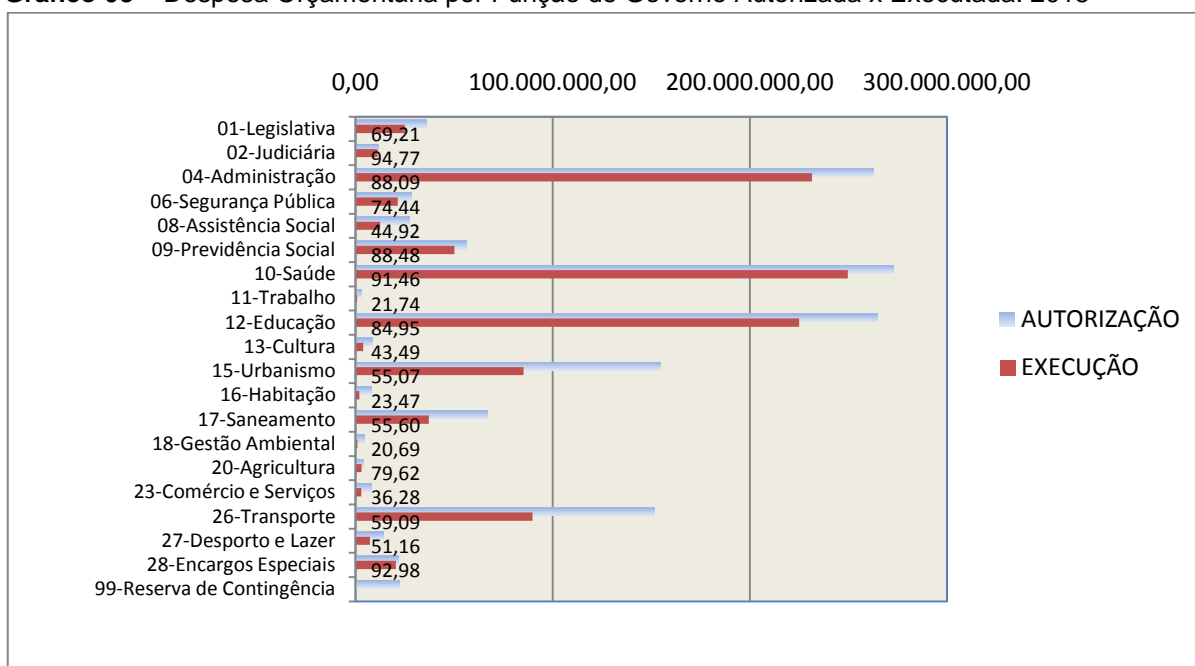
DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO¹ (R\$)	EXECUÇÃO² (R\$)	% EXECUTADO
01-Legislativa	35.985.000,00	24.906.929,24	69,21
02-Judiciária	11.810.000,00	11.192.909,96	94,77
04-Administração	262.655.659,25	231.383.263,93	88,09
06-Segurança Pública	28.652.017,15	21.327.135,68	74,44
08-Assistência Social	27.622.045,64	12.409.076,68	44,92
09-Previdência Social	56.560.000,00	50.045.312,27	88,48
10-Saúde	273.029.667,81	249.702.945,88	91,46
11-Trabalho	3.265.000,00	709.668,32	21,74
12-Educação	264.839.720,06	224.983.426,73	84,95
13-Cultura	8.776.551,00	3.817.176,40	43,49
15-Urbanismo	154.596.816,67	85.132.720,49	55,07
16-Habitação	8.350.000,00	1.960.140,56	23,47
17-Saneamento	66.747.290,07	37.109.030,89	55,60
18-Gestão Ambiental	4.424.538,14	915.272,02	20,69
20-Agricultura	3.830.000,00	3.049.611,04	79,62
23-Comércio e Serviços	7.971.000,00	2.892.098,95	36,28
26-Transporte	151.886.677,10	89.751.851,73	59,09
27-Desporto e Lazer	14.115.000,00	7.220.928,61	51,16
28-Encargos Especiais	22.032.195,99	20.485.157,84	92,98
99-Reserva de Contingência	22.171.002,50	-	-
TOTAL DA DESPESA	1.429.320.181,38	1.078.994.657,22	75,49

Fontes: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

A análise entre despesa autorizada e executada configura-se importante quando se tem como objetivo subsidiar o parecer prévio, permitindo identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação à deliberação legislativa no tocante ao orçamento municipal.

O gráfico seguinte demonstra o cotejamento entre as despesas autorizadas e executadas segundo as funções de governo. Trata-se de uma representação gráfica do Quadro anterior.

Gráfico 08 – Despesa Orçamentária por Função de Governo Autorizada x Executada: 2015



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

A evolução das despesas executadas por função de governo está demonstrada no quadro a seguir:

Quadro 07 – Evolução das Despesas Executadas por Função de Governo (em Reais): 2011 – 2015

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2011	2012	2013	2014	2015
01-Legislativa	15.634.626,10	21.751.246,03	20.623.794,66	20.941.386,12	24.906.929,24
02-Judiciária	5.910.306,97	7.259.102,94	8.760.284,44	8.260.232,85	11.192.909,96
04-Administração	86.771.615,27	89.114.254,89	102.678.307,16	166.423.783,22	231.383.263,93
06-Segurança Pública	15.292.346,04	16.498.560,97	17.954.421,64	18.407.620,90	21.327.135,68
08-Assistência Social	15.555.597,65	19.599.948,39	23.849.154,04	12.009.227,25	12.409.076,68
09-Previdência Social	22.802.120,95	28.133.096,59	32.917.237,58	40.810.169,70	50.045.312,27
10-Saúde	131.630.611,90	153.094.630,61	177.497.572,01	220.087.103,32	249.702.945,88
11-Trabalho	1.262.754,49	1.810.049,46	1.594.482,99	939.140,90	709.668,32
12-Educação	135.303.063,70	158.806.837,98	183.846.259,93	203.411.536,46	224.983.426,73
13-Cultura	6.955.067,13	6.964.597,91	7.811.880,48	3.867.048,03	3.817.176,40
15-Urbanismo	93.344.446,98	100.973.897,59	95.212.433,06	87.945.265,95	85.132.720,49
16-Habitação	2.758.098,87	5.864.259,50	7.662.678,91	4.630.859,93	1.960.140,56
17-Saneamento	41.497.438,27	27.532.219,46	29.915.251,11	29.861.265,05	37.109.030,89
18-Gestão Ambiental	1.716.594,14	2.153.071,11	2.805.224,43	1.149.301,35	915.272,02
20-Agricultura	3.786.735,13	4.408.473,08	4.272.087,36	3.977.656,53	3.049.611,04
23-Comércio e Serviços	4.989.695,62	4.999.689,82	6.557.926,86	2.758.724,68	2.892.098,95
26-Transporte	70.274.001,03	67.925.707,24	62.326.275,61	108.257.720,62	89.751.851,73

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2011	2012	2013	2014	2015
27-Desporto e Lazer	3.936.922,98	5.515.215,44	7.847.620,51	8.525.887,62	7.220.928,61
28-Encargos Especiais	4.931.031,22	7.181.053,40	7.919.784,47	20.616.205,26	20.485.157,84
TOTAL DA DESPESA REALIZADA	664.353.074,44	729.585.912,41	802.052.677,25	962.880.135,74	1.078.994.657,22

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das receitas decorrente de impostos, informação utilizada no cálculo dos limites com saúde e educação.

Quadro 08 – Apuração da Receita com Impostos: 2015

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	36.546.841,09	6,26
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	98.262.016,79	16,83
Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza	31.934.373,89	5,47
Imposto s/Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	17.945.796,66	3,07
Cota do ICMS	302.668.102,36	51,83
Cota-Parte do IPVA	25.429.086,49	4,35
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	4.723.701,36	0,81
Cota-Parte do FPM	51.407.492,59	8,80
Cota do ITR	431.054,06	0,07
Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. nº 87/96	1.271.557,55	0,22
Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos	9.193.997,59	1,57
Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos	4.102.602,90	0,70
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS (Base de cálculo para a Educação)	583.916.623,33	100,00
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS (Base de cálculo para a Saúde)	583.916.623,33	100,00

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quadro 09 – Apuração da Receita Corrente Líquida: 2015

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	Valor (R\$)
Receitas Correntes Arrecadadas	1.098.616.756,92
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	77.187.238,65
(-) Compensação entre Regimes de Previdência	1.284.415,03
(-) Contribuição dos Servidores ao Regime Próprio de Previdência	24.873.043,53
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	995.272.059,71

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A análise compreendida neste capítulo consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior; discriminando especificamente a variação da situação financeira do Município e sua capacidade de pagamento de curto prazo.

4.1. Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município está assim demonstrada:

Quadro 10 – Balanço Patrimonial do Município de Itajaí (em Reais): 2015

ATIVO	2015	PASSIVO	2015
ATIVO CIRCULANTE	414.568.670,93	PASSIVO CIRCULANTE	71.786.816,75
<u>Caixa e Equivalentes de Caixa</u>	97.731.365,89	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	43.243.122,68
<u>Créditos a Curto Prazo</u>	11.791.799,85	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	14.050.710,38
Créditos Tributários a Receber	821.472,96	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	6.621.035,54
Clientes	8.329.209,27	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	300.865,29
Dívida Ativa Tributária	1.058.793,45	Demais Obrigações a Curto Prazo	7.571.082,86
Dívida Ativa Não Tributária	1.582.324,17		
<u>Demais Créditos e Valores a Curto Prazo</u>	7.295.282,99		
<u>Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo</u>	293.061.637,67		
Investimento do RPPS	293.061.637,67		
<u>Estoques</u>	4.688.584,53		
ATIVO NÃO CIRCULANTE	820.006.833,57	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	248.068.063,04
<u>Ativo Realizável a Longo Prazo</u>	122.060.434,18	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	8.450.411,30
<u>Créditos a Longo Prazo</u>	120.934.633,09	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	19.369.634,74
Créditos Tributários a Receber	889.928,76	Provisões a Longo Prazo	220.190.918,28
Clientes	15.866,40	Provisões Matemáticas Previdenciárias	220.190.918,28
Dívida Ativa Tributária	116.050.390,00	Demais Obrigações a Longo Prazo	57.098,72
Dívida Ativa Não Tributária	9.446.043,80		

ATIVO	2015	PASSIVO	2015
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	-5.467.595,87		
Demais Créditos e Valores à Longo Prazo	1.125.801,09		
<u>Investimentos</u>	1.200.000,00	TOTAL DO PASSIVO	319.854.879,79
Participações Permanentes	1.200.000,00		
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	1.200.000,00		
<u>Imobilizado</u>	696.436.613,37		
Bens Móveis	79.006.113,46		
(-) Depreciação, exaustão e amortizações acumuladas - Bens Móveis)	-7.945.763,58		
Bens Imóveis	628.561.857,55		
(-) Depreciação, exaustão e amortizações acumuladas Imóveis	-3.185.594,06		
<u>Intangível</u>	309.786,02		
		PATRIMONIO LIQUIDO	914.720.624,71
		Resultados Acumulados	914.720.624,71
		Resultado do Exercício	113.187.785,63
		Resultado de Exercícios Anteriores	558.803.144,16
		Ajustes de exercícios anteriores	242.729.694,92
TOTAL	1.234.575.504,50	TOTAL	1.234.575.504,50

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado.

Obs.> A divergência, no valor de **R\$ 284.914,55**, entre o saldo do grupo Disponível do Balanço Patrimonial do exercício anterior – Anexo 14 (R\$ 321.170.865,45) e o saldo inicial do Balanço Financeiro do exercício atual – Anexo 13 (R\$ 321.455.780,00), refere-se ao saldo final da Conta Realizável registrada no exercício anterior.

4.2. Análise do resultado financeiro

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas municipais, para fins de emissão do parecer prévio, a verificação da evolução do patrimônio financeiro e, sobretudo, a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos financeiros superiores a ativos financeiros revela restrições na capacidade de pagamento do Município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Superávit Financeiro de **R\$ 66.118.254,81** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui **R\$ 0,32** de dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação positiva de **R\$ 898.538,09** passando de um Superávit de R\$ 65.219.716,72 para um Superávit de **R\$ 66.118.254,81**.

Registre-se que a Prefeitura apresentou um Superávit de **R\$ 37.866.421,90**.

Dessa forma, a variação do patrimônio financeiro do Município durante o exercício é demonstrada no quadro seguinte:

Quadro 11 – Variação do patrimônio financeiro do Município (em Reais) – 2014 - 2015

Grupo Patrimonial	Saldo inicial	Saldo final	Varição
Ativo Financeiro	321.455.780,00	390.964.655,68	69.508.875,68
Passivo Financeiro	36.294.573,16	31.994.695,84	-4.299.877,32
Saldo Patrimonial Financeiro	285.161.206,84	358.969.959,84	73.808.753,00
Ativo Financeiro do IPI	220.106.963,83	293.064.884,33	72.957.920,50
Passivo Financeiro do IPI	165.473,71	213.179,30	47.705,59
Saldo Patrimonial Financeiro do IPI	65.219.716,72	66.118.254,81	898.538,09

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: O Ativo Financeiro no montante de R\$ 293.064.884,33, assim como o Passivo Financeiro no montante de R\$ 213.179,30, se referem exclusivamente ao RPPS.

Obs.: A divergência entre a variação do Saldo Patrimonial Financeiro e o Resultado da Execução Orçamentária consta como restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório.

4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos

A situação financeira analisada neste item tem como objetivo demonstrar o confronto entre os recursos financeiros e as respectivas obrigações financeiras, segregadas por vínculo de recurso.

Referida análise atende ao que determina o artigo 8º, 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, ou seja, vincular os recursos a sua disponibilidade específica.

Para o cálculo utilizou-se os seguintes critérios:

a) FR – Fonte de Recursos: refere-se à discriminação das especificações das fontes de recursos, conforme tabela de destinação de receita deste Tribunal de Contas;

b) Disponibilidade de Caixa Bruta: constitui-se dos saldos recursos financeiros (caixa, bancos, aplicações financeiras e outras disponibilidades financeiras) em 31/12/2015, segregados por especificações de fontes de recursos;

c) Obrigações financeiras: representa os valores, igualmente por disponibilidade de fontes de recursos, dos depósitos de terceiros e resultantes de consignações, cauções, outros depósitos de diversas origens e dos restos a pagar, sendo que, este último refere-se às despesas empenhadas, liquidadas ou não, e que estão pendentes de pagamento.

Ressalta-se, todavia, que em razão da análise técnica decorrente de auditorias, levantamentos, ofícios circulares encaminhados aos jurisdicionados, entre outros instrumentos de verificações, poderá haver ajustes na disponibilidade de caixa e nas obrigações financeiras apresentadas pelo ente.

d) Disponibilidade de Caixa Líquida/resultado financeiro: evidencia o resultado financeiro por especificações de fontes de recursos, apurado entre o confronto dos recursos financeiros e as obrigações financeiras, levando-se em consideração os possíveis ajustes.

No tocante ao Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Autarquias e Empresas Públicas, suas disponibilidades de caixa serão consideradas como recursos vinculados, mesmo que registradas contabilmente com especificação de Fonte de Recursos 00 - recursos ordinários. O mesmo procedimento será adotado com relação às obrigações financeiras.

A seguir, expõe-se resumo da situação constatada do Município de Itajaí, sendo que no Apêndice, deste Relatório, encontra-se o cálculo de forma detalhada.

Quadro 11- A – Demonstrativo do Resultado Financeiro por especificações de Fonte de Recurso.

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Superávit / Déficit
RECURSOS VINCULADOS		
00 - Recursos Ordinários	0,00	SUPERAVIT
01- Receitas e Transferências de Impostos - Educação	0,00	SUPERAVIT
02 - Receitas e Transferências de Impostos - Saúde	0,00	SUPERAVIT
03 - Contribuição para Fundo Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)	0,00	SUPERAVIT
04 - Contribuição para Fundo Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)	0,00	SUPERAVIT

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Superávit / Déficit
05 - Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS	0,00	SUPERAVIT
06 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	19.494.279,55	SUPERAVIT
07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	19.642,56	SUPERAVIT
08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	4.994.821,05	SUPERAVIT
09 - FIA Imposto de Renda	1.023.230,66	SUPERAVIT
10 - Convênio de Trânsito - Militar	257.925,97	SUPERAVIT
11 - Convênio de Trânsito - Civil	126.319,71	SUPERAVIT
12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	4.451.873,25	SUPERAVIT
18 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério da Educação Básica em efetivo exercício) - R\$ 97.582,07	140.714,36	SUPERAVIT
19 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica) - R\$ 43.132,29		
31 - Transferências de Convênios – União/Assistência Social	0,00	SUPERAVIT
32 - Transferências de Convênios – União/Educação	-8.850,07	DÉFICIT
33 - Transferências de Convênios – União/Saúde	0,00	SUPERAVIT
34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	10.632.398,22	SUPERAVIT
35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	885.562,21	SUPERAVIT
36 - Salário-Educação	2.600.728,56	SUPERAVIT
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	199.445,94	SUPERAVIT
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2.326.948,90	SUPERAVIT
39 - Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	292.982,44	SUPERAVIT
40 - Royalties de Petróleo – Educação - Lei nº 12.858/2013	0,00	SUPERAVIT
41 - Royalties de Petróleo – Saúde - Lei nº 12.858/2013	0,00	SUPERAVIT
42 - Outras Transferências Legais e Constitucionais – União	0,00	SUPERAVIT
61 - Transferências de Convênios – Estado/Assistência Social	0,00	SUPERAVIT
62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	17.509,03	SUPERAVIT
63 - Transferências de Convênios – Estado/Saúde	0,00	SUPERAVIT
64 - Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	1.078.054,40	SUPERAVIT
65 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	337.711,00	SUPERAVIT
66 - Transferências Legais e Constitucionais do Estado para o Desenvolvimento da Educação	0,00	SUPERAVIT
67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	1.902.387,64	SUPERAVIT
68 - Outras Transferências Legais e Constitucionais - Estado	0,00	SUPERAVIT
80 - Outras Especificações	0,00	SUPERAVIT
81 - Operações de Crédito Internas para Programas da Educação Básica	0,00	SUPERAVIT
82 - Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	0,00	SUPERAVIT

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Superávit / Déficit
83 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	598.761,96	SUPERAVIT
84 - Operações de Crédito Externas para Programas da Educação Básica	0,00	SUPERAVIT
85 - Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde	0,00	SUPERAVIT
86 - Operações de Crédito Externas - Outros Programas	0,00	SUPERAVIT
87 - Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica	0,00	SUPERAVIT
88 - Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	0,00	SUPERAVIT
89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	333.392,17	SUPERAVIT
93 - Outras Receitas Não-Primárias	0,00	SUPERAVIT
TOTAL RECURSOS VINCULADOS	51.705.839,51	
00 - Recursos Ordinários	11.046.877,85	SUPERAVIT
01- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	3.364.653,74	SUPERAVIT
02 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	883,71	SUPERAVIT
TOTAL RECURSOS NÃO VINCULADOS	14.412.415,30	

Fonte: e-Sfinge

Obs.: As disponibilidades de caixa do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto e do RPPS foram consideradas como recursos vinculados.

4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

Quadro 12 – Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira – 2011 – 2015

ITENS / ANO	2011	2012	2013	2014	2015
1 Despesa Executada	664.353.074,44	729.585.912,41	802.052.677,25	962.880.135,74	1.078.994.657,22
2 Restos a Pagar	14.095.522,01	22.010.683,88	31.249.720,11	30.083.738,14	24.428.197,69
3 Ativo Financeiro Ajustado - Excluído o IPI	45.651.543,94	60.729.429,83	110.405.061,92	101.348.816,17	97.899.771,35
4 Passivo Financeiro Ajustado – Excluído o IPI	17.786.222,78	35.706.973,71	35.912.773,23	36.129.099,45	31.781.516,54
5 Ativo Real	546.271.142,20	623.907.288,55	733.466.747,47	801.891.833,10	1.234.575.504,50
6 Passivo Real	146.751.811,84	174.287.733,48	226.256.251,37	260.715.815,04	335.954.895,58
QUOCIENTES	2011	2012	2013	2014	2015
Resultado Patrimonial (5÷6)	3,72	3,58	3,24	3,08	3,67

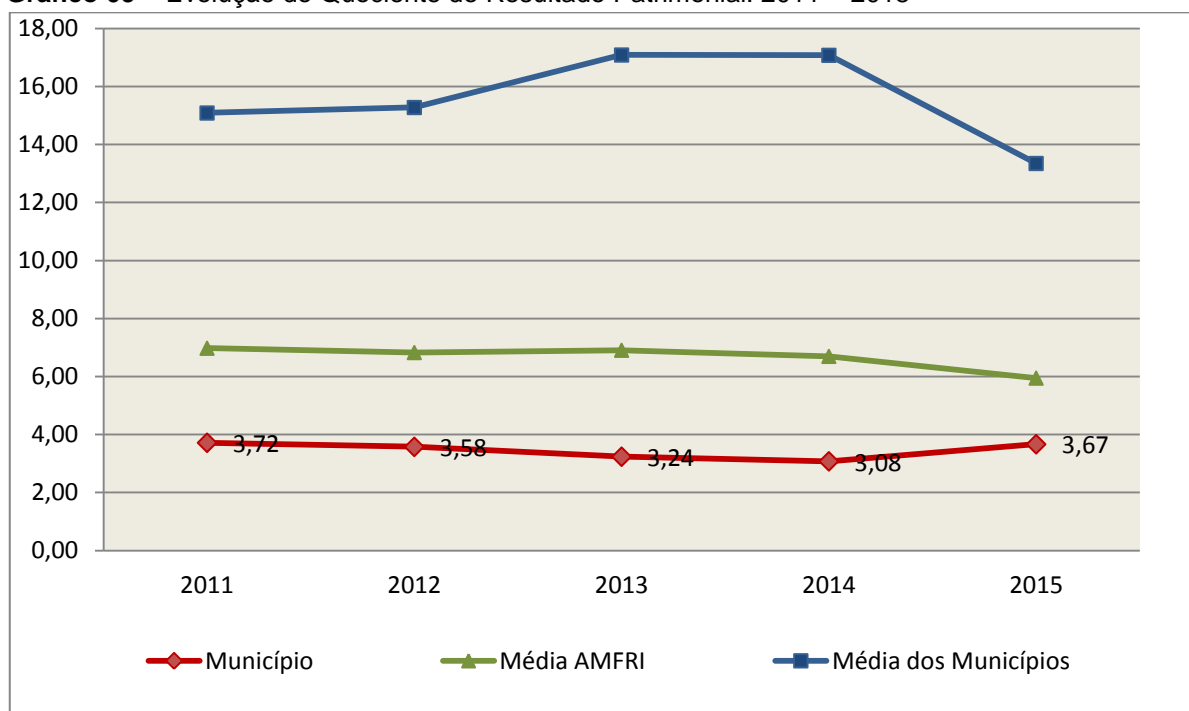
Situação Financeira (3÷4)	2,57	1,70	3,07	2,81	3,08
Restos a Pagar (2÷1)*100	2,12	3,02	3,90	3,12	2,26

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O Quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente apresentar-se inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.

Gráfico 09 – Evolução do Quociente de Resultado Patrimonial: 2011 – 2015



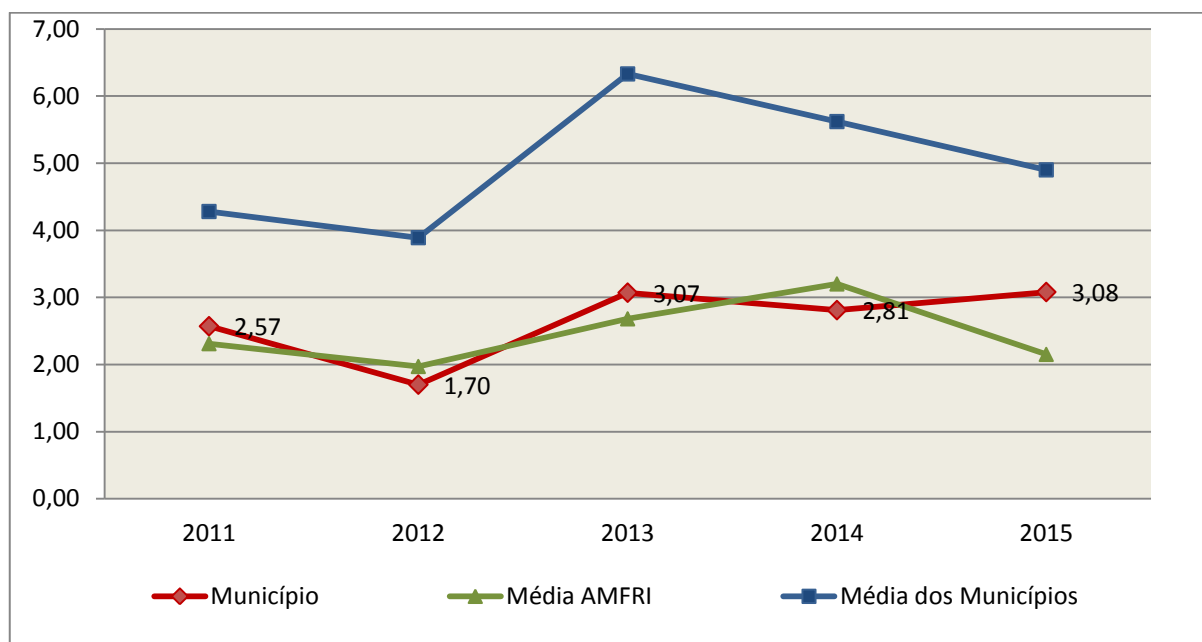
Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Como demonstra o gráfico anterior, no final do exercício de 2015 o Ativo Real apresenta-se **3,67** vezes maior que o Passivo Real (dívidas).

O Quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do Município.

O ideal é que esse quociente apresente valor maior que 1,00, pois assim indicará que as obrigações financeiras de curto prazo podem ser cobertas pelos ativos financeiros do Município.

Gráfico 10 – Evolução do Quociente da Situação Financeira: 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

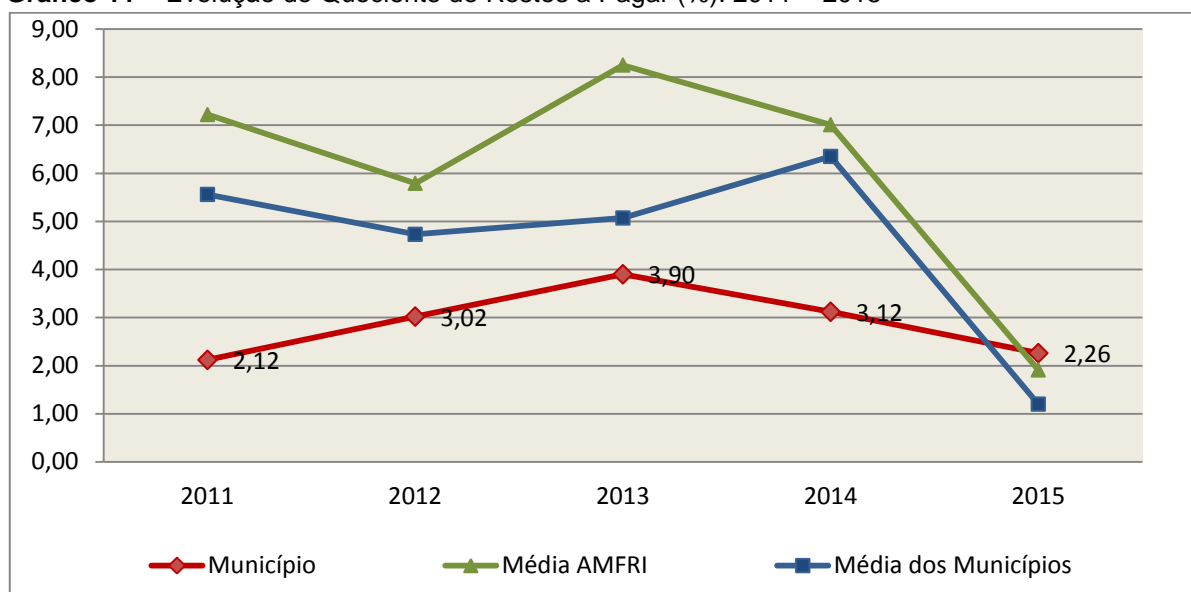
Como demonstra o gráfico, a situação financeira do Município apresenta-se Superavitária, sendo que no final do exercício de 2015 o Ativo Financeiro representa **3,08** vezes o valor do Passivo Financeiro.

O Quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) expressa em termos percentuais à relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da Despesa Orçamentária.

Quanto menor esse quociente, menos comprometida será a gestão orçamentária e o fluxo financeiro do Município. Aumentos significativos deste quociente podem indicar que o Município não está conseguindo pagar no exercício as despesas que nele empenhou.

A situação apresentada pelo Município de Itajaí é demonstrada no gráfico a seguir:

Gráfico 11 – Evolução do Quociente de Restos a Pagar (%): 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Verifica-se no gráfico anterior que o saldo final de Restos a Pagar corresponde a **2,26%** da despesa orçamentária do exercício.

4.4. Situação Atuarial do Regime Próprio de Previdência

O Regime Próprio de Previdência de Itajaí, gerido pelo Instituto de Previdência de Itajaí - IPI, constituído sob a forma de AUTARQUIA, sofreu processo de segregação de massas (Lei Complementar nº 13/2001), apresentou o Relatório de Avaliação Atuarial – RAA para o exercício de 2015, com data-base em 31/12/2014, com os seguintes resultados:

FUNDO PREVIDENCIÁRIO	2015
Nº Servidores ativos	3.432
Nº Beneficiários (Inativos e pensionistas)	113
TOTAL	3.545
Resultados	Consolidado
Patrimônio Atual	220.190.918,28
(+) Receitas Futuras Projetadas ⁴	315.474.572,64
(-) Benefícios Futuros Projetados ⁵	516.456.984,80
(-) Ajuste do Resultado Superavitário	19.208.506,12
Resultado Atuarial	0,00

⁴ O valor resultante da presente rubrica é composto pela somatória das receitas de contribuição dos servidores, receitas de contribuição da quota patronal e, dependendo da Unidade, das receitas oriundas de compensação previdenciária – COMPREV, amortização de dívidas das contribuições passadas e das alíquotas suplementares e/ou aportes de caixa.

⁵ O valor resultante da presente rubrica é composto pela somatória das despesas de benefício concedido, despesas de benefício a conceder e, dependendo da Unidade, das despesas oriundas de compensação previdenciária – COMPREV.

De forma comparativa ao exercício anterior, têm-se os seguintes resultados:

Resultados	31/12/2013	31/12/2014
Patrimônio Atual	164.490.275,25	220.190.918,28
(+) Receitas Futuras Projetadas ¹	225.116.508,39	315.474.572,64
(-) Benefícios Futuros Projetados ²	378.783.817,76	516.456.984,80
(-) Ajuste do Resultado Superavitário	10.822.965,88	19.208.506,12
Resultado Atuarial	0,00	0,00

Segundo dados apresentados pelo relatório do atuário, Sr. Gustavo Carrozzino (MIBA nº 1.018), constata-se que a situação do Fundo Previdenciário do Regime Próprio de Previdência dos Servidores de Itajaí é de Equilíbrio nos dois últimos exercícios, o que indica que em 2015 as obrigações futuras do Fundo Previdenciário do RPPS estavam cobertas pelo rol de direitos financeiros no montante indicado.

FUNDO FINANCEIRO	2015
Nº Servidores ativos	1.070
Nº Beneficiários (Inativos e pensionistas)	989
TOTAL	2.059
Resultados	Consolidado
Patrimônio Atual	0,00
(+) Receitas Futuras Projetadas	236.793.704,42
(-) Benefícios Futuros Projetados	2.708.949.816,38
Resultado Atuarial	(2.472.156.111,96)⁶

De forma comparativa ao exercício anterior, têm-se os seguintes resultados:

Resultados	31/12/2013	31/12/2014
Patrimônio Atual	0,00	0,00
(+) Receitas Futuras Projetadas ⁴	274.085.162,52	236.793.704,42
(-) Benefícios Futuros Projetados ⁵	2.342.271.146,13	2.708.949.816,38
Resultado Atuarial	(2.068.185.983,61)	(2.472.156.111,96)

Segundo dados apresentados pelo relatório do atuário, Sr. Gustavo Carrozzino (MIBA nº 1.018), constata-se que a situação do Fundo Financeiro do Regime Próprio de Previdência dos Servidores de Itajaí é de Desequilíbrio nos

⁶ O déficit atuarial do Fundo Financeiro, por força de lei, será integralmente pago pelo Tesouro Municipal à medida em que forem exigíveis os benefícios previdenciários dos filiados deste Fundo.

dois últimos exercícios, tendo sido apontado Déficit Atuarial no Relatório de Avaliação Atuarial de 2015, com data base 31/12/2014, no valor de R\$ 2.472.156.111,96, o que indica que em 2015 as obrigações futuras do Fundo Financeiro do RPPS estavam descobertas pelo rol de direitos financeiros no montante indicado.

5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

O ordenamento vigente estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

5.1. Saúde

Limite: mínimo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2015 – artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Constatou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 127.990.720,88** em gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, o que corresponde a **21,92%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 40.403.227,38**, representando **6,92%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

A apuração das despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 13 – Apuração das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: 2015

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	583.916.623,33	100,00
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	249.702.945,88	42,76
Atenção Básica	114.299.582,55	19,57
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	127.068.862,38	21,76

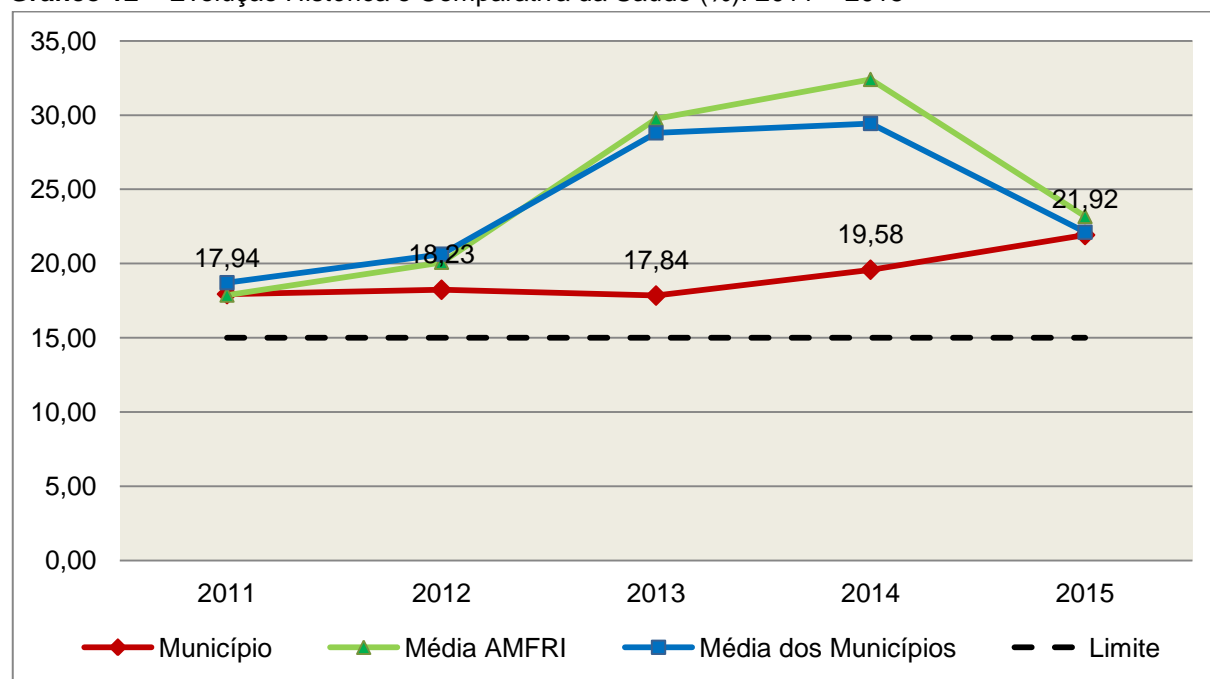
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Vigilância Sanitária	8.334.500,95	1,43
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde*	121.712.225,00	20,84
Total das Despesas para Efeito do Cálculo	127.990.720,88	21,92
Valor Mínimo a ser Aplicado	87.587.493,50	15,00
Valor Acima do Limite	40.403.227,38	6,92

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Gráfico 12 – Evolução Histórica e Comparativa da Saúde (%): 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Itajaí em 2015 aumentou seus gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2. Ensino

5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências

Limite: mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (exercício de 2015) – art. 212 da Constituição Federal.

Apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 166.605.113,45** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **28,53%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 20.625.957,62**, representando **3,53%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

A apuração das despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 14 – Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2015

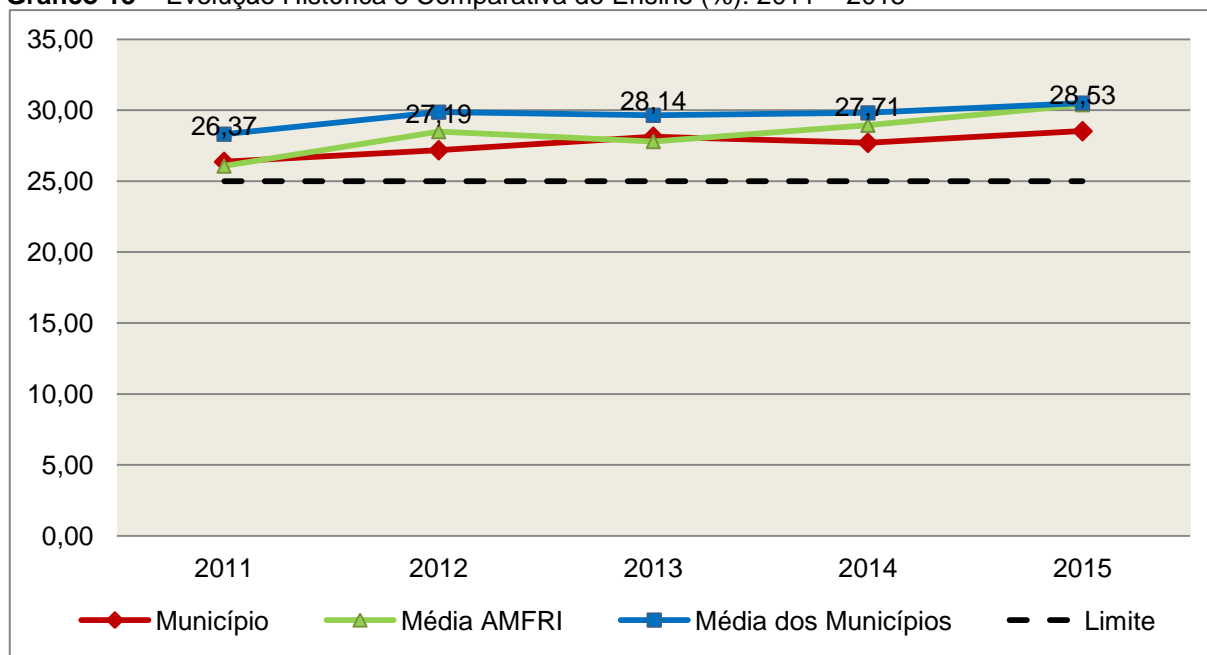
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	583.916.623,33	100,00
Valor Aplicado Educação Infantil	94.450.708,82	16,18
Educação Infantil	94.450.708,82	16,18
Valor Aplicado Ensino Fundamental	109.183.518,29	18,70
Ensino Fundamental	109.183.518,29	18,70
(-) Total das Deduções consideradas para fins de apuração do Limite Constitucional*	37.029.113,66	6,34
Total das Despesas para efeito de Cálculo	166.605.113,45	28,53
Valor Mínimo a ser Aplicado	145.979.155,83	25,00
Valor Acima do Limite (25%)	20.625.957,62	3,53

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Gráfico 13 – Evolução Histórica e Comparativa do Ensino (%): 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Itajaí em 2015 aumentou seus gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2.2. FUNDEB

Limite 1: mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício – art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT c/c art. 22 da Lei nº 11.494/07.

Verificou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 74.122.333,46**, equivalendo a **73,36%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com profissionais do magistério em efetivo exercício pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 15 – Apuração das Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício – FUNDEB: 2015

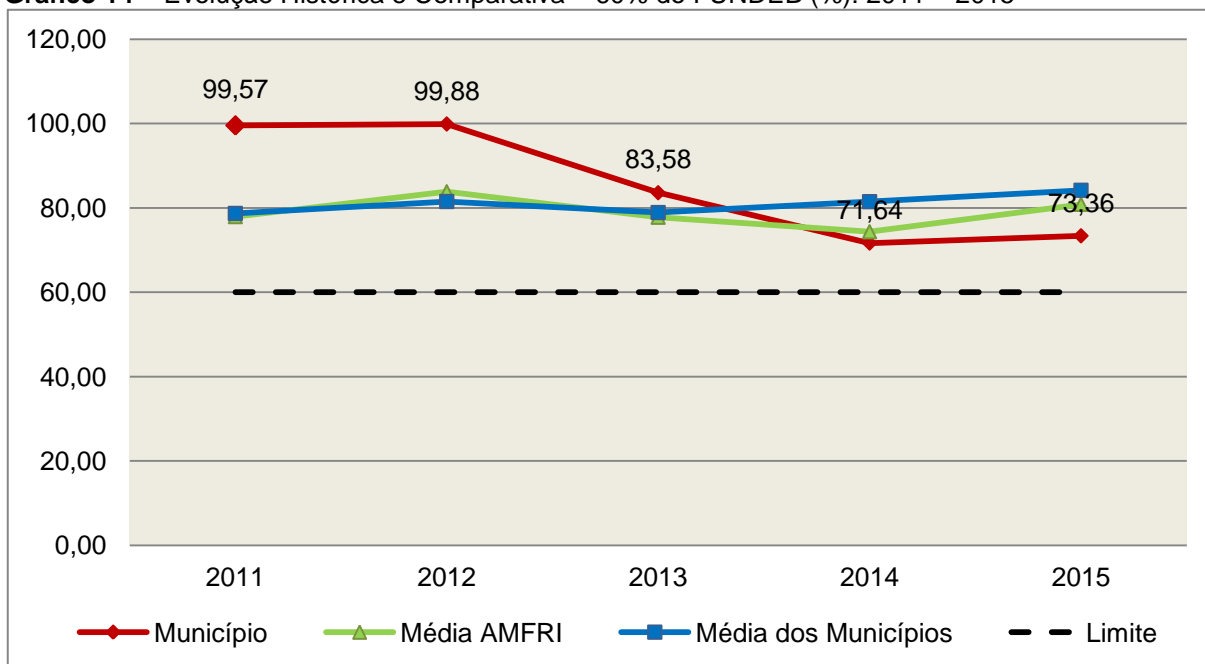
COMPONENTE	VALOR (R\$)
Transferências do FUNDEB	100.716.533,29
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	325.812,86
Total dos recursos oriundos do FUNDEB	101.042.346,15

60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	60.625.407,69
Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício aplicadas com Recursos do FUNDEB	74.122.333,46
Valor Acima do Limite	13.496.925,77

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e da análise técnica.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício:

Gráfico 14 – Evolução Histórica e Comparativa – 60% do FUNDEB (%): 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Limite 2: mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – art. 21 da Lei nº 11.494/07.

Constatou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 100.901.631,79**, equivalendo a **99,86%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 16 – Apuração das Despesas com FUNDEB: 2015

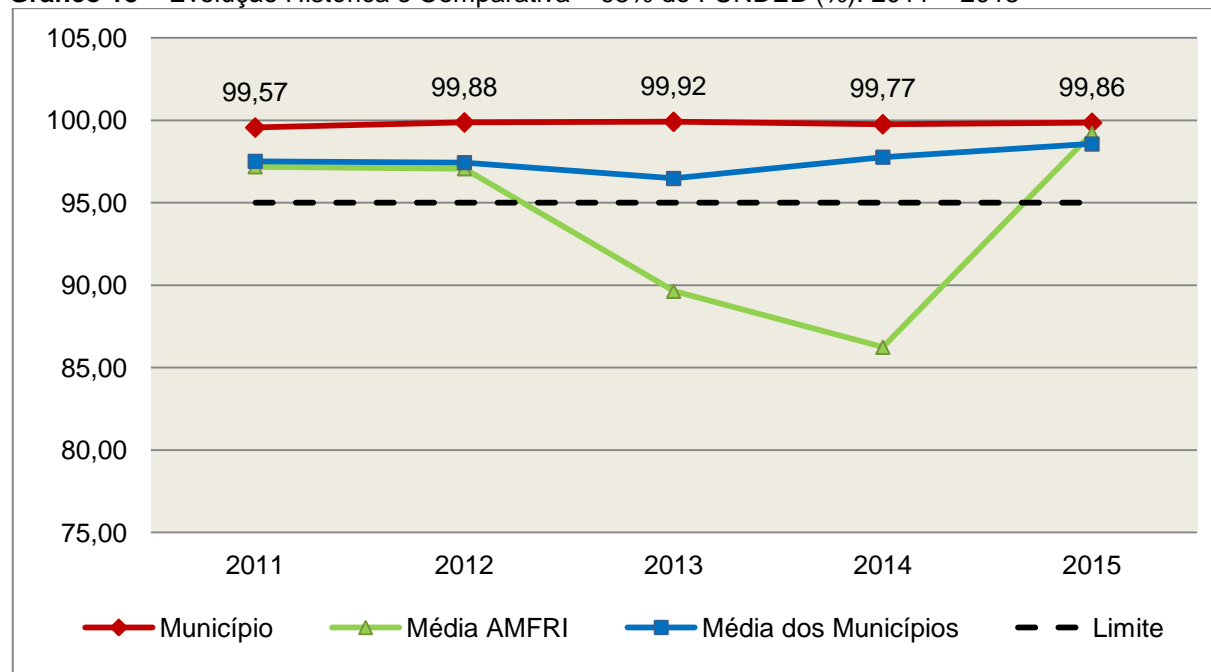
COMPONENTE	VALOR (R\$)
Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB	101.042.346,15
95% dos Recursos do FUNDEB	95.990.228,84
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica aplicadas no exercício com recursos do FUNDEB *	100.901.631,79
Valor Acima do Limite	4.911.402,95

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

Obs.: * Apuração efetuada com base na execução orçamentária (despesas empenhadas, liquidadas e pagas e os restos a pagar inscritos no exercício com disponibilidade financeira, considerando-se ainda as possíveis exclusões relativas às despesas impróprias, entre outras).

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB:

Gráfico 15 – Evolução Histórica e Comparativa – 95% do FUNDEB (%): 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Com relação às despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica custeadas com recursos do FUNDEB, no exercício em análise, o Município de Itajaí ampliou sua aplicação, quando comparado ao exercício anterior.

Limite 3: utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

O Município utilizou, no 1º trimestre mediante a abertura de crédito adicional, integralmente o saldo anterior dos recursos do FUNDEB, no valor de **R\$ 221.124,60, CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

Superávit financeiro do FUNDEB em 31/12/2015: No tocante ao controle da utilização dos recursos do FUNDEB para o exercício seguinte apresenta-se o Quadro abaixo:

Quadro 16A – Controle da utilização de recursos para o exercício subsequente (art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007)

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2015	3.980.107,42
(-) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e em exercícios anteriores pendentes de pagamento e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	3.839.393,06
(=) Recursos do FUNDEB que não foram utilizados	140.714,36

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)

5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município

Limite: 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 17 – Apuração das Despesas com Pessoal do Município: 2015

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	995.272.059,71	100,00
LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	597.163.235,83	60,00
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	439.068.778,47	44,12

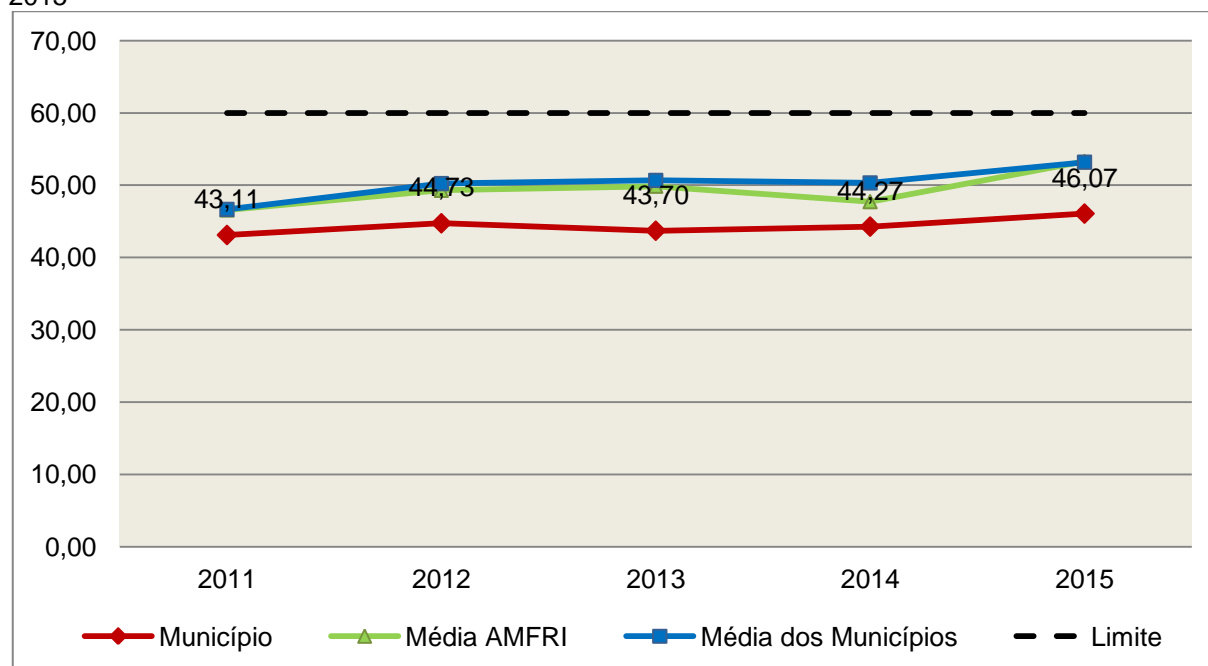
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	19.418.957,86	1,95
TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO	458.487.736,33	46,07
Valor Abaixo do Limite (60%)	138.675.499,50	13,93

Fonte: Sistema e-Sfinge/Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No exercício em exame, o Município gastou **46,07%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** o limite contido no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Município:

Gráfico 16 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Município: 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior mostra o crescimento dos gastos com pessoal do Município de Itajaí, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

Limite: 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 18 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2015

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	995.272.059,71	100,00
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	537.446.912,24	54,00
Total das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	473.289.714,63	47,55
Pessoal e Encargos*	473.269.191,70	47,55
Pessoal e encargos Inscritos em Restos a Pagar não Processados* (com as deduções)	20.522,93	-
Deduções das Despesas com Pessoal do Poder Executivo**	34.220.936,16	3,44
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	439.068.778,47	44,12
Valor Abaixo do Limite (54%)	98.378.133,77	9,88

Fonte: * Sistema e-Sfinge/Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

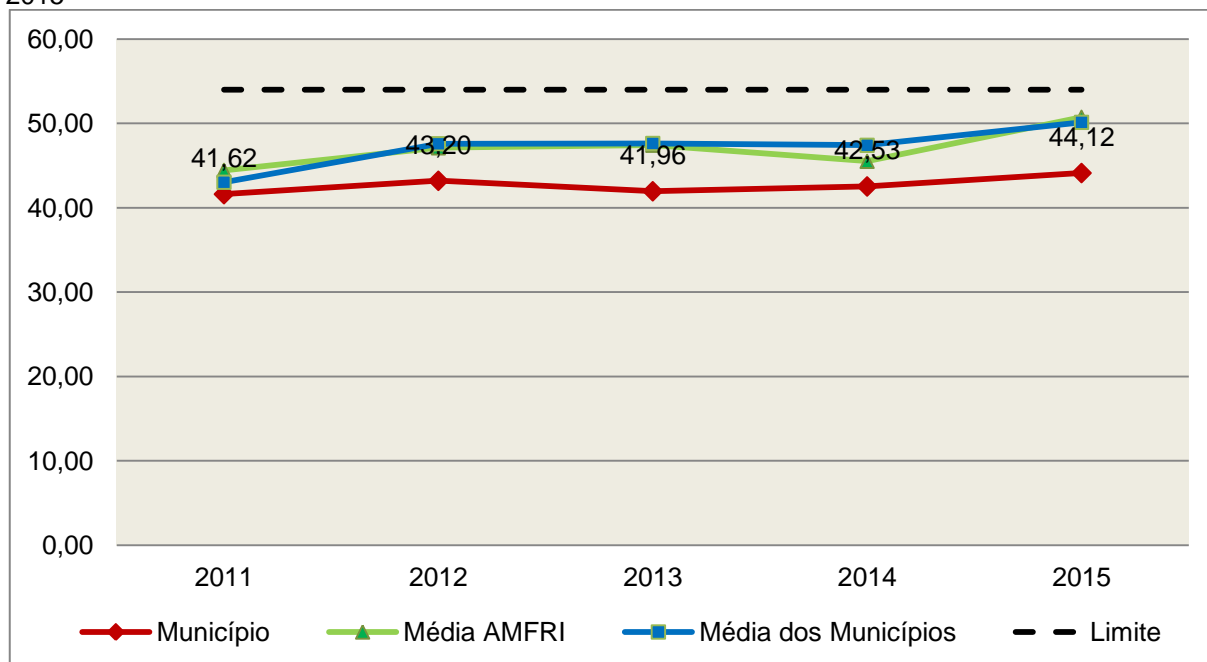
**Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo gastou **44,12%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Executivo:

7 Apuração da Despesa de Pessoal: conforme orientação do Manual dos Demonstrativos Fiscais 6ª edição, publicado no endereço <http://www.stn.fazenda.gov.br/pt/web/stn/mdf>

Gráfico 17 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Executivo: 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Da análise do gráfico, verifica-se que os gastos com pessoal do Poder Executivo aumentaram, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo

Limite: 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 19 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo: 2015

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	995.272.059,71	100,00
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	59.716.323,58	6,00
Total das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	19.418.957,86	1,95
Pessoal e Encargos*	19.418.957,86	1,95
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	19.418.957,86	1,95
Valor Abaixo do Limite (6%)	40.297.365,72	4,05

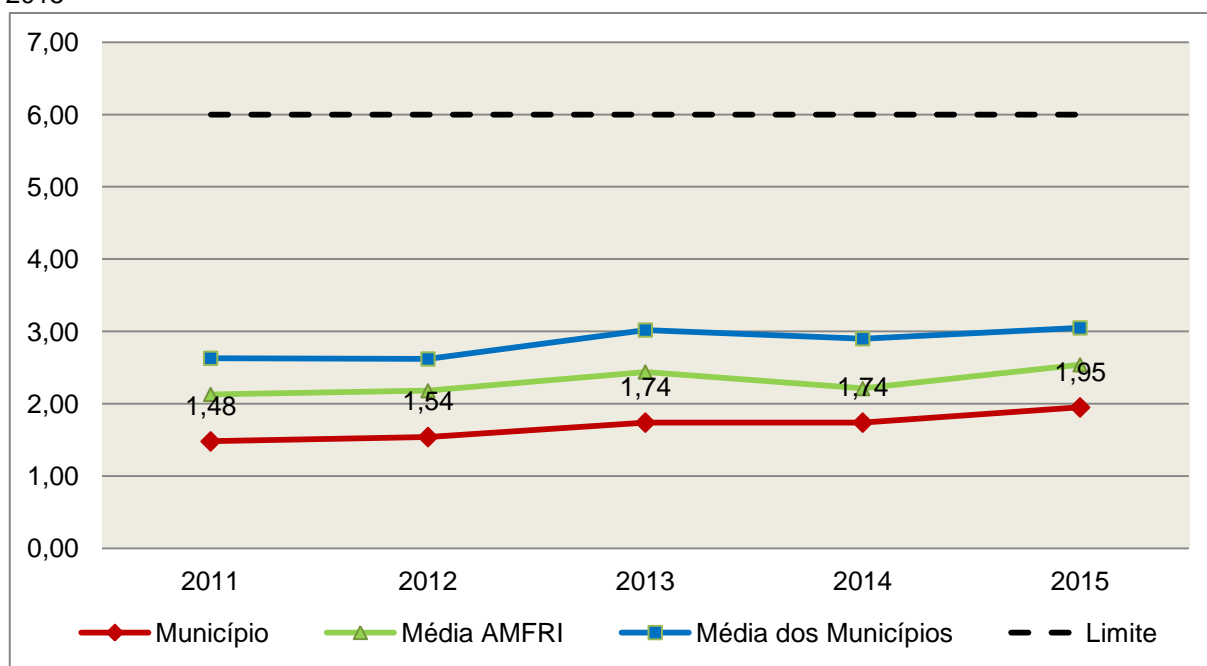
Fonte: * Sistema e-Sfinge/Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O Poder Legislativo gastou, no exercício em exame, **1,95%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Legislativo:

Gráfico 18 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Legislativo: 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O estudo evolutivo dos gastos com pessoal da Câmara expõe que houve um aumento do percentual quando comparado ao exercício anterior.

6. CONSELHOS MUNICIPAIS

Os Conselhos Municipais são considerados órgãos públicos que contribuem de forma significativa na execução de políticas públicas setoriais.

Podem ser de natureza obrigatória ou discricionária, ou seja, os de criação obrigatória são exigidos por leis federais, cujas funções são definidas como deliberativas, fiscalizadoras, assessoramento, supervisora e executiva; enquanto que os discricionários são decorrentes de legislação municipal.

O artigo 20, § 2º da Resolução n. TC – 16/94, alterado pelo artigo 1º da Resolução n. TC 077/2013, de 29 de abril de 2013 exige a remessa dos pareceres dos conselhos obrigatórios, juntamente com a prestação de contas anual, quais sejam:

a) Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, previsto no art. 24, da Lei Federal n.º 11.494, de 20 de junho de 2007.

b) Conselho Municipal de Saúde, previsto no art. 1º, caput e § 2º da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990;

c) Conselho Municipal dos Direitos da Infância e do Adolescente, previsto no art. 88, inciso II da Lei Federal n.º 8.069, de 13 de junho de 1990;

d) Conselho Municipal de Assistência Social, previsto no art. 16, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993;

e) Conselho Municipal de Alimentação Escolar, previsto no art. 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009;

f) Conselho Municipal do Idoso, previsto no art. 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACs – FUNDEB)

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb está previsto no artigo 24 da Lei Federal n.º 44.494, de 20 de junho de 2007.

Referido órgão tem a função de acompanhar a correta aplicação dos recursos do Fundeb e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), bem como supervisionar o censo escolar anual.

O Conselho Municipal do Fundeb é autônomo, não é subordinado ao Poder Executivo e seus membros não são remunerados. No entanto, deverá ser criado por lei específica municipal, e sua composição deve obedecer ao que prescreve o art. 24, § 1º, IV e § 2º da Lei n.º 11.494/2007:

Art. 24. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos dos Fundos serão exercidos, junto aos respectivos governos, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos

Municípios, por conselhos instituídos especificamente para esse fim.

§ 1º Os conselhos serão criados por legislação específica, editada no pertinente âmbito governamental, observados os seguintes critérios de composição:

[....]

IV - em âmbito municipal, por no mínimo 9 (nove) membros, sendo:

a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;

b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;

c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;

d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;

e) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas.

§ 2º Integrarão ainda os conselhos municipais dos Fundos, quando houver, 1 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação e 1 (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990](#), indicados por seus pares.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Itajaí**, constata-se que o Parecer do Conselho do FUNDEB indica que as respectivas contas foram aprovadas.

6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS)

O Conselho Municipal de Saúde – CMS está previsto no art. 1º, inciso II da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

Trata-se de um órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na

formação de estratégias e no controle da execução das políticas de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder executivo municipal⁸.

Compõe-se, conforme prescreve a terceira diretriz da Resolução n.º 453, de 10 de maio de 2012:

- a) 50% de entidades e movimentos representativos de usuários;
- b) 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de Saúde;
- c) 25% de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.

O Conselho Municipal de Saúde tem as competências elencadas pela quinta diretriz da Resolução n.º 453/2012:

Quinta Diretriz: aos Conselhos de Saúde Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, que têm competências definidas nas leis federais, bem como em indicações advindas das Conferências de Saúde, compete:

I - fortalecer a participação e o Controle Social no SUS, mobilizar e articular a sociedade de forma permanente na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS;

II - elaborar o Regimento Interno do Conselho e outras normas de funcionamento;

III - discutir, elaborar e aprovar propostas de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde;

IV - atuar na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros, e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado;

V - definir diretrizes para elaboração dos planos de saúde e deliberar sobre o seu conteúdo, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços;

VI - anualmente deliberar sobre a aprovação ou não do relatório de gestão;

VII - estabelecer estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS, articulando-se com

⁸ Viana, Luiz Cláudio. O papel dos conselhos municipais na gestão pública [monografia]; orientadora, Maria Eliana Cristina Bar. - Florianópolis, SC, 2011. p. 26

os demais colegiados, a exemplo dos de seguridade social, meio ambiente, justiça, educação, trabalho, agricultura, idosos, criança e adolescente e outros;

VIII - proceder à revisão periódica dos planos de saúde;

IX - deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da Saúde;

X - avaliar, explicitando os critérios utilizados, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde do SUS;

XI - avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, conforme as diretrizes dos Planos de Saúde Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais;

XII - acompanhar e controlar a atuação do setor privado credenciado mediante contrato ou convênio na área de saúde;

XIII - aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, observado o princípio do processo de planejamento e orçamento ascendentes, conforme legislação vigente;

XIV - propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária dos Fundos de Saúde e acompanhar a movimentação e destino dos recursos;

XV - fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde, incluindo o Fundo de Saúde e os recursos transferidos e próprios do Município, Estado, Distrito Federal e da União, com base no que a lei disciplina;

XVI - analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, e garantia do devido assessoramento;

XVII - fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar denúncias aos respectivos órgãos de controle interno e externo, conforme legislação vigente;

XVIII - examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho nas suas respectivas instâncias;

XIX - estabelecer a periodicidade de convocação e organizar as Conferências de Saúde, propor sua convocação ordinária ou extraordinária e estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programa ao Pleno do Conselho de Saúde correspondente, convocar a sociedade para a participação nas pré-conferências e conferências de saúde;

XX - estimular articulação e intercâmbio entre os Conselhos de Saúde, entidades, movimentos populares, instituições públicas e privadas para a promoção da Saúde;

XXI - estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinente ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS);

XXII - acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica, observados os padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sociocultural do País;

XXIII - estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde, divulgar as funções e competências do Conselho de Saúde, seus trabalhos e decisões nos meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local das reuniões e dos eventos;

XXIV - deliberar, elaborar, apoiar e promover a educação permanente para o controle social, de acordo com as Diretrizes e a Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social do SUS;

XXV - incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Judiciário e Legislativo, meios de comunicação, bem como setores relevantes não representados nos conselhos;

XXVI - acompanhar a aplicação das normas sobre ética em pesquisas aprovadas pelo CNS;

XXVII - deliberar, encaminhar e avaliar a Política de Gestão do Trabalho e Educação para a Saúde no SUS;

XXVIII - acompanhar a implementação das propostas constantes do relatório das plenárias dos Conselhos de Saúde; e

XXIX - atualizar periodicamente as informações sobre o Conselho de Saúde no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS).

Salienta-se que os membros do Conselho não são remunerados e suas funções são consideradas de relevância pública.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Itajaí**, constata-se que as contas foram desaprovadas pelo Conselho Municipal de Saúde pelo seguinte motivo.

Conforme Resolução n. 001/2016, de 11/07/2016 (fl. 719) editada pelo referido Conselho Municipal, as contas do Fundo Municipal de Saúde foram reprovadas.

Referida Resolução determinou que o Fundo Municipal de Saúde encaminhasse, no prazo de trinta dias, ao Conselho Municipal de Saúde-COMUSA as informações que se mostrassem inconsistentes ou incompletas com relação aos apontamentos levantados pela Comissão permanente de acompanhamento orçamentário e Financeiro, conforme parecer juntado às fls. 719 a 746, dos autos.

Às fls. 747, o Presidente do COMUSA, na data de 11/08/2016, acusa o recebimento de comunicação da Secretaria Municipal de Saúde ao mesmo tempo que assegura o direito da Secretaria em prestar as informações ou esclarecimentos.

Às fls. 748 a 768, a Secretaria Municipal de Saúde através da CI 358/16, encaminhou a Controladoria Geral do Município suas justificativas e informações frente ao Relatório apresentado pelo COMUSA. Neste sentido, mesmo encaminhamento, foi feito ao COMUSA, em data de 18/08/2016 através do ofício 104/2016 (fls. 773 a 1347).

Esta instrução ressalta que diante de toda documentação juntada aos autos não consta a reanálise do COMUSA com relação a defesa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde.

Registra-se ainda, que a emissão de Parecer Prévio por esta Corte, no exercício de 2015, leva em consideração o disposto na Resolução N.TC-77/2013 a qual estabelece no artigo 1º, que o artigo 20 da Resolução N.TC 16/1994 passou a vigorar com a seguinte redação:

[...]

§ 2º - A partir da prestação de contas anual relativa ao exercício de 2013, deverão ser anexados ao respectivo processo eletrônico, até 30 de abril, além das informações previstas nos incisos I, II e III do caput deste artigo, mais o parecer dos seguintes órgãos:

a) Conselho Municipal de Saúde, previsto no art. 1º, caput e § 2º da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, decorrente da apreciação do relatório de gestão elaborado pelo Poder Executivo, nos termos do art. 36, § 1º da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012 e art. 33 da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990;

[...]

Desta forma, referido Parecer deve compor a Prestação de Contas do Municípios com o indicativo de reprovação ou aprovação no tocante à aplicação do recursos da saúde, não cabendo a este corpo técnico emitir juízo de valor no presente processo acerca dos motivos que levaram o Conselho a porventura reprovar a apuração da referida utilização.

6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

A Constituição Federal trata do dever da família, da sociedade e do Estado, em caráter prioritário, em assegurar à criança e ao adolescente uma série de direitos, conforme pode ser constatado em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nessa linha foi promulgada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e trata sobre a proteção integral desses.

A referida Lei prevê em seu artigo 88, incisos II e IV, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de fundo especial, respectivamente. Esse fundo, no caso dos Municípios, deve ser criado por lei municipal, obedecendo ao disposto no artigo 167, IX da Constituição Federal e artigo 74 da Lei nº 4.320/64.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente é órgão deliberativo e controlador das ações relacionadas à política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Itajaí**, constata-se que as contas foram aprovadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)

O Conselho Municipal de Assistência Social está previsto no art. 16, inciso IV da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Citado órgão tem a competência de acompanhar a execução da política de assistência social, e seus membros não são remunerados. No entanto, conforme parágrafo único do art. 16 da Lei n.º 8.742/93 as despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições devem ser custeadas pelo órgão gestor da Assistência Social.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Itajaí**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social indica que as contas foram aprovadas.

6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)

O Conselho Municipal de Alimentação Escolar está previsto no artigo 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009:

Art. 18. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de suas respectivas jurisdições administrativas, Conselhos de Alimentação Escolar - CAE, órgãos colegiados de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, compostos da seguinte forma:

I - 1 (um) representante indicado pelo Poder Executivo do respectivo ente federado;

II - 2 (dois) representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelo respectivo órgão de representação, a serem escolhidos por meio de assembleia específica;

III - 2 (dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica;

IV - 2 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, a seu critério, ampliar a composição dos membros do CAE, desde que obedecida a proporcionalidade definida nos incisos deste artigo.

§ 2º Cada membro titular do CAE terá 1 (um) suplente do mesmo segmento representado.

§ 3º Os membros terão mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§ 4º A presidência e a vice-presidência do CAE somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II, III e IV deste artigo.

§ 5º O exercício do mandato de conselheiros do CAE é considerado serviço público relevante, não remunerado.

§ 6º Caberá aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios informar ao FNDE a composição do seu respectivo CAE, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

A sua atuação está prevista no artigo 19 da citada lei:

Art. 19. Compete ao CAE:

I - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na forma do art. 2º desta Lei;

II - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

III - zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

IV - receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do Programa.

Parágrafo único. Os CAEs poderão desenvolver suas atribuições em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional estaduais e municipais e demais conselhos afins, e deverão observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Itajaí**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar indica que as contas foram aprovadas.

6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa)

O Conselho Municipal do Idoso está previsto no artigo 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

Suas competências estão previstas no artigo 7º da mesma lei, na redação dada pela Lei n.º 10.741/2003:

Art. 7º Os Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais do Idoso, previstos na [Lei n.º 8.842, de 4 de janeiro de 1994](#), zelarão pelo cumprimento dos direitos do idoso, definidos nesta Lei.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Itajaí**, a análise do Parecer do Conselho Municipal do Idoso indica que as contas foram aprovadas.

7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010

A transparência da gestão fiscal, entendida como a produção e divulgação sistemática de informações, é um dos pilares em que se assenta a Lei Complementar n.º 101/2000.

Para assegurar essa transparência a Lei Complementar n.º 131/2009 acrescentou dispositivos a referida Lei a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, referentes à receita e à despesa, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como definiu prazos para a implantação.

O artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar n.º 101/2000 alterado pela Lei Complementar n.º 131/2009, assim determina:

Art. 48. [...]

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

Os conteúdos das informações sobre a execução orçamentária e financeira, liberados em meios eletrônicos de acesso público, são definidos no artigo 48-A, I e II, da Lei Complementar n.º 101/2000 incluído pela Lei Complementar n.º 131/2009, a saber:

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Quanto aos prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos referidos artigos a Lei Complementar nº 131/2009 estabeleceu:

Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A:

I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;

II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes;

III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo.”

O sistema integrado de administração financeira e controle – SISTEMA mencionado no inciso III do parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, foi regulamentado por meio do Decreto Federal nº 7.185/2010, que em seu artigo 1º assim determina:

Art. 1º A transparência da gestão fiscal dos entes da Federação referidos no art. 1º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, será assegurada mediante a observância do disposto no art. 48, parágrafo único, da referida Lei e das normas estabelecidas neste Decreto.

Dessa forma, o referido Decreto também estabeleceu requisitos com padrão mínimo de qualidade necessário para assegurar a transparência da gestão fiscal, onde se extraiu os seguintes:

Art. 2º O sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, doravante denominado SISTEMA, deverá permitir a liberação em tempo real das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira das unidades gestoras, referentes à receita e à despesa, com a abertura mínima estabelecida neste Decreto, bem como o registro contábil tempestivo dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade.

§ 1º Integrarão o SISTEMA todas as entidades da administração direta, as autarquias, as fundações, os fundos e as empresas estatais

dependentes, sem prejuízo da autonomia do ordenador de despesa para a gestão dos créditos e recursos autorizados na forma da legislação vigente e em conformidade com os limites de empenho e o cronograma de desembolso estabelecido.

§ 2º Para fins deste Decreto, entende-se por:

I – [...]

II - liberação em tempo real: a disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo SISTEMA, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacionais necessários ao seu pleno funcionamento;

III - meio eletrônico que possibilite amplo acesso público: a Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso; e

IV - [...]

Art. 4º Sem prejuízo da exigência de características adicionais no âmbito de cada ente da Federação, consistem requisitos tecnológicos do padrão mínimo de qualidade do SISTEMA:

I - [...]

II - permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados; e

III - [...]

Art. 7º Sem prejuízo dos direitos e garantias individuais constitucionalmente estabelecidos, o SISTEMA deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I - quanto à despesa:

a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;

b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;

c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;

d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;

e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e

f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

II - quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

a) previsão;

- b) lançamento, quando for o caso; e
- c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

A análise, por amostragem, do cumprimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009, em conjunto com o Decreto Federal nº 7.185/2010, pelo Município de **Itajaí**, no tocante aos dados relativos do exercício em exame é demonstrada no Quadro a seguir:

Quadro 20 – Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010

I – QUANTO À FORMA	
Disponibilização de informações de todas as unidades municipais (art. 2º, § 1º, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU
Disponibilização até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil municipal (art. 2º, § 2º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU
Disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público na Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso (art. 2º, § 2º, III, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU
Permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados (art. 4º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU

I – QUANTO AO CONTEÚDO	
DESPESA	
(art. 48-A, I, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, I, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) o valor do empenho, liquidação e pagamento	CUMPRIU
b) o número do empenho	CUMPRIU
c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto	CUMPRIU
d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários	CUMPRIU
e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo	CUMPRIU
f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso	CUMPRIU

RECEITA (art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) previsão	CUMPRIU
b) lançamento	DESCUMPRIU
c) arrecadação	CUMPRIU

Fonte: Site da Prefeitura Municipal – Portal da Transparência – Data de acesso: 16/03/2016 (fl. 1351).

Obs. Vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal deste Relatório.

8. RESTRIÇÕES APURADAS

8.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

- 8.1.1 Divergência, no valor de **R\$ 251.200,87**, apurada entre a variação do saldo patrimonial financeiro (R\$ 898.538,09) e o resultado da execução orçamentária – Déficit (R\$ 3.095.682,47), considerando o cancelamento de restos a pagar de R\$ 4.245.421,43, em afronta ao artigo 102 da Lei nº 4.320/64 (item 3.1 e 4.2).
- 8.1.2 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010 (Capítulo 7).
- 8.1.3 Conta Contábil do Grupo Depósitos e Outras Obrigações nas Especificações de Fontes de Recursos 62 (R\$ 2.656,51), com saldo devedor, em afronta ao previsto no artigo 85 da Lei nº 4.320/64 (Apêndice - Cálculo detalhado do Resultado Financeiro por Especificações de Fonte de Recursos).

9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2015

Quadro 21 – Síntese

1) Balanço Anual Consolidado	Embora, as demonstrações apresentem inconsistências de natureza contábil, essas não afetam de forma significativa a posição financeira, orçamentária e patrimonial do exercício em análise.	
2) Resultado Orçamentário	Déficit totalmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior	R\$ 3.095.682,47
3) Resultado Financeiro	Superávit	R\$ 66.118.254,81
4) LIMITES	PARÂMETRO MÍNIMO	REALIZADO
4.1) Saúde	15,00%	21,92%
4.2) Ensino	25,00%	28,53%
4.3) FUNDEB	60,00%	73,36%
	95,00%	99,86%
4.4) Despesas com pessoal	PARÂMETRO MÁXIMO	REALIZADO
a) Município	60,00%	46,07%
b) Poder Executivo	54,00%	44,12%
c) Poder Legislativo	6,00%	1,95%
4.5) L.C. N° 131/2009 E DEC. N° 7.185/2010	DESCUMPRIU	

CONCLUSÃO

Considerando que a apreciação das contas tomou por base os dados e informações exigidos pela legislação aplicável, de veracidade ideológica apenas presumida, podendo o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que a análise foi efetuada conforme técnicas apropriadas de auditoria, que preveem inclusive a realização de inspeção *in loco* e a utilização de amostragem, conforme o caso;

Considerando que o julgamento das contas de governo do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000, referente às contas do **exercício de 2015 do Município de Itajaí**.

Diante das **Restrições de Ordem Legal** apuradas no item **8.1**, deste Relatório, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:

I - **RECOMENDAR** à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II - **DETERMINAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto a irregularidade apontada no Capítulo 7 - Do Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010;

III - **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

É o Relatório,

DMU/Divisão 8, em 24/10/2016.

OLDAIR SCHROEDER
Auditor Fiscal de Controle Externo

TERESINHA DE JESUS BASTO DA SILVA
Auditor Fiscal de Controle Externo
Chefe da Divisão 8

De Acordo

Em 24/10/2016.

SALETE OLIVEIRA
Coordenadora de Controle
Coordenadoria de Controle de
Contas de Prefeito

Encaminhem-se os autos ao MPJTC para a necessária manifestação.

Moises Hoegenn
Diretor
Diretoria de Controle dos Municípios

ANEXO

Deduções das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Descrição	R\$
Despesas Empenhadas com Recursos de Convênios Destinados às Ações e Serviços de Saúde	121.526.061,12
Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde	186.163,88
Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde do Município	121.712.225,00

Deduções consideradas para fins de Limite Constitucional: Gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil	4.048.927,52
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinados ao Ensino Fundamental	8.867.346,36
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	36.607,68
Resultado líquido das transferências do Fundeb	23.529.294,64
Receita de aplicação financeira dos recursos do Fundeb	325.812,86
Despesas custeadas com o superávit financeiro, do exercício anterior, do Fundeb (FR 18)	221.124,60
Total das deduções consideradas para fins de Limite Constitucional	37.029.113,66

Deduções da Despesa com Pessoal

Descrição	R\$
Executivo: Despesas com Inativos e Pensionistas, pagas com recursos das Contribuições dos Servidores, Contribuição Patronal aos Regimes Próprios de Previdência e a Compensação Financeira entre os Regimes de Previdência* (Grupo de Natureza de Despesa 1, Elemento de Despesa: 01, 03 e 05, contabilizadas no Instituto de Previdência, com Fontes de Recursos Vinculadas)	27.027.636,70
Executivo: Sentenças Judiciais* (Grupo de Natureza de Despesa 1; elemento de Despesa 91)	2.781.998,09
Executivo: Indenizações e Restituições Trabalhistas* (Grupo de Natureza de Despesa 1; elemento de Despesa 94)	4.411.301,37
Total das Deduções das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	34.220.936,16

* Fonte Sistema e-Sfinge

APÊNDICE

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Saúde:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
06 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	2015	301	174.848,64	129.150,06	128.909,26
06 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	2015	304	50.000,00	50.000,00	50.000,00
33 - Transferências de Convênios – União/Saúde	2015	301	37,80	37,80	37,80
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2015	301	18.200.651,70	17.771.235,62	17.039.274,51
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2015	302	88.171.239,23	88.130.976,88	87.611.438,43
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2015	304	1.627.560,97	1.581.318,13	1.431.178,81
67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	2015	301	1.587.881,34	1.579.385,44	1.527.770,43
67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	2015	302	11.713.809,08	11.667.104,94	11.634.469,29
67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	2015	304	32,36	32,36	32,36
TOTAL			121.526.061,12	120.909.241,23	119.423.110,89

Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Fundo Municipal de Saúde de Itajaí	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2005	03/06/2015	SEBRAE-SERV.DE A.MICRO EMPR.DE SC	8.000,00	8.000,00	8.000,00	Aquisição de curso e consultoria, Sebrae conforme C.I 159/2015
Fundo Municipal de Saúde de Itajaí	00 - Recursos Ordinários	304	3186	02/09/2015	AGROVETERINÁRIA E PETSHOP DA ROSA LTDA	6.042,85	6.042,85	6.042,85	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS PARA USO NO CANIL MUNICIPAL
Fundo Municipal de Saúde de Itajaí	00 - Recursos Ordinários	304	3187	02/09/2015	MEDIC VET LTDA ME	442,25	442,25	442,25	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS PARA USO NO CANIL MUNICIPAL
Fundo Municipal de Saúde de Itajaí	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	304	1296	13/04/2015	AGROVETERINÁRIA E PETSHOP DA ROSA LTDA	4.895,90	4.895,90	4.895,90	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS PARA USO NO CANIL MUNICIPAL
Fundo	02 - Receitas de	304	1757	19/05/2015	MEDIC VET LTDA ME	441,10	441,10	441,10	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS PARA USO NO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Municipal de Saúde de Itajaí	Impostos e Transf de impostos: Saúde								CANIL MUNICIPAL
Fundo Municipal de Saúde de Itajaí	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	3961	19/11/2015	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA ESTADUAL	68,10	68,10	68,10	MULTA DE TRANSITO, MOTORISTA ANTONIO LAZARO LIRA, MATRICULA 3983001, CPF: 566.335.809-91, A.I 8749604692, PLACA MJS-9029, R\$ 68,10 (1 X)
Fundo Municipal de Saúde de Itajaí	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	3219	03/09/2015	A ITALIANINHA PIZZARIA E RESTAURANTE LTDA ME	11.068,20	11.068,20	11.068,20	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO (PREPARO, TRANSPORTE E ENTREGA) PARA UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Fundo Municipal de Saúde de Itajaí	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	3856	10/11/2015	A ITALIANINHA PIZZARIA E RESTAURANTE LTDA ME	1.716,00	1.716,00	1.716,00	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO (PREPARO, TRANSPORTE E ENTREGA) PARA UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Fundo Municipal de Saúde de Itajaí	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	302	3825	06/11/2015	A ITALIANINHA PIZZARIA E RESTAURANTE LTDA ME	41.878,98	25.885,86	25.885,86	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO (PREPARO, TRANSPORTE E ENTREGA) PARA UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Fundo Municipal de Saúde de Itajaí	00 - Recursos Ordinários	304	4021	19/11/2015	CUSTÓDIO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	4.757,71	4.757,71	4.757,71	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE ANIMAIS E RESGATE DE ERRANTES - Reemissão de Pré-empenho para substituição de dotação: Recurso Próprio para Recurso Ordinário (VISA). NF 40
Fundo Municipal de Saúde de Itajaí	00 - Recursos Ordinários	304	4022	19/11/2015	CUSTÓDIO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	4.757,71	4.757,71	4.757,71	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE ANIMAIS E RESGATE DE ERRANTES - Reemissão de Pré-empenho para substituição de dotação: Recurso Próprio para Recurso Ordinário (VISA). NF41
Fundo Municipal de Saúde de Itajaí	00 - Recursos Ordinários	304	4023	19/11/2015	CUSTÓDIO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	4.757,71	4.757,71	4.757,71	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE ANIMAIS E RESGATE DE ERRANTES - Reemissão de Pré-empenho para substituição de dotação: Recurso Próprio para Recurso Ordinário (VISA). NF42
Fundo Municipal de Saúde de Itajaí	00 - Recursos Ordinários	304	4024	19/11/2015	CUSTÓDIO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	4.946,30	4.946,30	4.946,30	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE ANIMAIS E RESGATE DE ERRANTES - Reemissão de Pré-empenho para substituição de dotação: Recurso Próprio para Recurso Ordinário (VISA). NF45
Fundo Municipal de Saúde de Itajaí	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2269	24/06/2015	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA ESTADUAL	1.020,52	1.020,52	1.020,52	Ref a infração de multa de transito da Secretaria Municipal de Saúde de Itajaí
Fundo Municipal de Saúde de Itajaí	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2067	11/06/2015	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	102,15	102,15	102,15	Ref a infração de Multas da Sexcretaria Municipal de Saúde.

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Saúde de Itajaí	de impostos: Saúde				ESTADUAL				
Fundo Municipal de Saúde de Itajaí	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	587	02/02/2015	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA ESTADUAL	68,10	68,10	68,10	Ref. a licenciamento e multas dos veiculos da SMS.
Fundo Municipal de Saúde de Itajaí	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1191	06/04/2015	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA ESTADUAL	42,56	42,56	42,56	Ref. a licenciamento e multas dos veiculos da SMS.
Fundo Municipal de Saúde de Itajaí	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1489	30/04/2015	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA ESTADUAL	153,22	153,22	153,22	Ref. a licenciamento e multas dos veiculos da SMS.
Fundo Municipal de Saúde de Itajaí	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2480	14/07/2015	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA ESTADUAL	1.966,38	1.966,38	1.898,28	Ref. INFRAÇÃO DE TRANSITO, MULTAS, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ITAJAI.
Fundo Municipal de Saúde de Itajaí	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	3651	29/10/2015	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA ESTADUAL	68,10	68,10	68,10	Ref. INFRAÇÃO DE TRANSITO, MULTAS, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ITAJAI.
Fundo Municipal de Saúde de Itajaí	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2163	17/06/2015	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA ESTADUAL	153,22	153,22	153,22	Referente ao pagamento de multa de trânsito cometida com o veículo placa MJO1816, motorista: Fábio Alexandre Pereira.
Fundo Municipal de Saúde de Itajaí	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2161	17/06/2015	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA ESTADUAL	68,09	68,09	68,09	Referente ao pagamento de multa de trânsito cometida com o veículo placa MLV3736, motorista: Fábio Alexandre Pereira.
Fundo Municipal de Saúde de Itajaí	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2162	17/06/2015	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA ESTADUAL	68,10	68,10	68,10	Referente ao pagamento de multa de trânsito cometida com o veículo placa QHA4928, motorista: Silvana Maria Cardozo.
Fundo Municipal de Saúde de Itajaí	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2207	17/06/2015	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA ESTADUAL	53,20	53,20	53,20	Referente ao pagamento de multa de transito da placa JZO5796, motorista: Nilson Manoel dos Santos
Fundo Municipal de Saúde de Itajaí	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1514	30/04/2015	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA ESTADUAL	102,15	102,15	102,15	Referente ao pagamento de multa de trânsito.

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Itajaí	Saúde								
Fundo Municipal de Saúde de Itajaí	00 - Recursos Ordinários	304	4029	19/11/2015	CUSTÓDIO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	4.946,30	4.946,30	4.946,30	SUBSTITUIÇÃO DO EMPENHO 1916 - DOTAÇÃO CORRETA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE ANIMAIS E RESGATE DE ERRANTES - Reemissão de Pré-empenho para substituição de dotação: Recurso Próprio para Recurso Ordinário (VISA). 56
Fundo Municipal de Saúde de Itajaí	00 - Recursos Ordinários	304	4025	19/11/2015	CUSTÓDIO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	4.946,30	4.946,30	4.946,30	SUBSTITUIÇÃO DO EMPENHO 1916 - DOTAÇÃO CORRETA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE ANIMAIS E RESGATE DE ERRANTES - Reemissão de Pré-empenho para substituição de dotação: Recurso Próprio para Recurso Ordinário (VISA). NF54
Fundo Municipal de Saúde de Itajaí	00 - Recursos Ordinários	304	4027	19/11/2015	CUSTÓDIO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	4.946,30	4.946,30	4.946,30	SUBSTITUIÇÃO DO EMPENHO 1916 - DOTAÇÃO CORRETA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE ANIMAIS E RESGATE DE ERRANTES- Reemissão de Pré-empenho para substituição de dotação: Recurso Próprio para Recurso Ordinário (VISA). NF 55
Fundo Municipal de Saúde de Itajaí	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2202	17/06/2015	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA ESTADUAL	17,04	17,04	17,04	Valor complementar do empenho 2161. Ref a INFRAÇÃO DE TRANSITO
Fundo Municipal de Saúde de Itajaí	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	348	12/01/2015	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAI	182,00	182,00	182,00	Valor complementar do empenho 4660 sub 2 -2014 referente a prestação de serviços de estagiários da Fundação Universidade do Vale do Itajai, conforme Lei n.3253/98.
Fundo Municipal de Saúde de Itajaí	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	65	05/01/2015	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAI	115.669,40	115.669,40	115.669,40	Valor estimativo referente a prestação de serviços de estagiários da Fundação Universidade do Vale do Itajai, Competencia 01/2015 conforme Lei n.3253/98.
Fundo Municipal de Saúde de Itajaí	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	544	02/02/2015	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA ESTADUAL	85,12	85,12	85,12	Valor referente a licenciamento e multas dos veiculos da secretaria de saude de itajai
Fundo Municipal de Saúde de Itajaí	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1146	31/03/2015	DETRAN DE SANTA CATARINA	170,26	170,26	170,26	VALOR REFERENTE PAGAMENTO DE INFRAÇÕES TRANSITO REFERENTE VEÍCULO PLACA MDD-5753 CONFORME CI-N.466-467/2015.
Fundo Municipal de Saúde de Itajaí	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2638	20/07/2015	Deise Branco Estacio	3.442,99	3.442,99	3.442,99	Valores do pagamento referente ao Auxilio Funeral da servidora Denise Chaves 3668001, confome documento em anexo.
TOTAL						232.044,31	216.051,19	215.983,09	

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
36 - Salário-Educação	2015	365	3.986.861,74	3.904.502,21	3.873.498,93
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	2015	365	62.065,78	62.065,78	62.065,78
TOTAIS			4.048.927,52	3.966.567,99	3.935.564,71

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas ao Ensino Fundamental:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
36 - Salário-Educação	2015	361	7.075.228,61	6.599.011,64	6.599.011,64
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	2015	361	1.035.124,54	1.035.124,54	1.035.124,54
62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	2015	361	756.993,21	756.993,21	756.993,21
TOTAL			8.867.346,36	8.391.129,39	8.391.129,39

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Itajaí	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3345	28/07/2015	TRIPSERVICE AG.DE VIAGENS E TUR.LTDA	2.667,00	2.667,00	2.667,00	AGENCIAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS A FIM DE ATENDER AS DEMANDAS DA BANDA FILARMÔNICA DE ITAJAÍ A SE APRESENTAR EM PORTUGAL, NO MES DE SETEMBRO/2015 - PREGÃO 114/2015 - RECURSOS ORDINÁRIOS.
Prefeitura Municipal de Itajaí	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2506	27/05/2015	M.R.A. CARTÕES E MEDALHAS LTDA.	4.219,00	4.219,00	4.219,00	AQUISIÇÃO DE 1580 MEDALHAS DE OURO, 580 MEDALHAS DE PRATA, 580 MEDALHAS DE BRONZE PARA OS EVENTOS ESPORTIVOS DA DIRETORIA DE ENSINO INTEGRAL: JORME, PARAJORME, FESTIVAL INFANTIL, FESTIVAL DANÇA QUE SERÁ REALIZADO DURANTE O ANO DE 2015- MARCA: REMA - ATA DE REGISTRO DE PREÇO 039/2015 - EXERCICIO 2015 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Prefeitura Municipal de Itajaí	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2505	27/05/2015	CASA DOS TROFÉUS LTDA - ME	4.756,00	4.756,00	4.756,00	AQUISIÇÃO DE 41 TROFEUS COM 50CM DE ALTURA, 41 TROFEUS COM 40 CM DE ALTURA, 41 TROFEUS DE 30 CM DE ALTURA PARA OS EVENTOS ESPORTIVOS DA DIRETORIA DE ENSINO INTEGRAL: JORME, PARAJORME, FESTIVAL INFANTIL, FESTIVAL DANÇA QUE SERÁ REALIZADO DURANTE O ANO DE 2015 MARCA: MRA - ATA DE REGISTRO DE PREÇO 039/2015 - EXERCICIO 2015 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Prefeitura Municipal de Itajaí	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2383	19/05/2015	MONUMENTAL INDÚSTRIA DE TROFÉUS LTDA. ME	4.625,00	4.625,00	4.625,00	AQUISIÇÃO DE 50 PLACAS DE HOMENAGEM QUE SERÃO DISTRIBUIDAS NA V EDIÇÃO DO PRÊMIO MERITO EDUCACIONAL, O EVENTO TEM O OBJETIVO DE INCENTIVAR AS PRÁTICAS DIFERENCIADAS/INOVADORAS PARA APRIMORAR O TRABALHO DOCENTE E CONSEQUENTEMENTE O ENSINO DA REDE MUNICIPAL DE ITAJAÍ. MARCA: TROFEU SUL EXERCICIO 2015. ATA DE REGISTRO DE PREÇO 039/2015. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Itajaí	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2961	07/07/2015	TEXTIL BRASIL IND.E COM.DE CONFECOES LTDA	852,00	852,00	852,00	AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PARA SEREM UTILIZADAS PELOS ALUNOS DURANTE O EVENTO 7 DE SETEMBRO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. JUSTIFICATIVA: AS CAMISETAS SERÃO USADAS PELOS ALUNOS QUE REPRESENTARÃO AS UNIDADES ESCOLARES NO DESFILE DE 7 DE SETEMBRO. ATA: 116/2014 – EXERCÍCIO: 2015 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Prefeitura Municipal de Itajaí	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2712	22/06/2015	ROSANE DE BORBA	81,47	81,47	81,47	DIARIA REFERENTE VIAGEM A CIDADE DE LAGES (SC) PARA CUNDUZIR A Srª CRISTIANE HUSI (SUPERVISORA DE GESTÃO) E A Srª DILMA HOIER DA SILVA (SUPERVISORA DE ESTÁGIO), PARA PARTICIPAREM DO LANÇAMENTO DO 21º DIA DO DESAFIO, NA ROD. SC 114 - KM 4,5 RINCÃO COMPRIDO, Pousada Rural do SESC em Lages -SC- COM SAIDA DIA 21/05/2015 AS 06:00 HS E RETORNO NO MES MO DIA AS 19:00 HS, CONF ROTEIRO Nº 225/2015 E C.I. Nº 050/2015 EDUCAÇÃO
Prefeitura Municipal de Itajaí	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	5142	11/12/2015	SILVANA MARIA CARDOZO	515,47	515,47	515,47	Empenho de diária referente viagem a Fpolis SC, onde a servidora participou na condição de delegada na X Conferencia Estadual de Assistência Social, com o tema " Consolidar o SUAS rumo à 2016 ", realizado no Oceania Park Hotel, situado na Rua dos Mariscos, nº 550, Ingleses, Florianópolis, SC com saída dia 16/11/2015 às 06:00 Hs. e retorno no dia 18/11/2015 às 18:10 conforme consta no roteiro de viagem e C.I. nº 321/2015 Gab. de Prefeito.
Prefeitura Municipal de Itajaí	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	5056	08/12/2015	ROSANE DE BORBA	81,47	81,47	81,47	EMPENHO PARA PAG DE DIARIA DE 50% (R\$ 81,47) REFERENTE VIAGEM A FLORIANÓPOLIS PARA CONDUZIR A ESTÁGIARIA JÚLIA GUARDIANO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA - FLORIANÓPOLIS SC , COM SAIDA DIA 05/11/2015 AS 05:00 HORAS, E RETORNO NO MESMO DIA AS 20:00 HORAS, CONFORME CONSTA NO PROTOCOLO Nº 2884 - C.I. Nº 115/2015 GERENCIA EDUCAÇÃO.
Prefeitura Municipal de Itajaí	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2312	13/05/2015	MARIO CESAR DE SOUZA	81,47	81,47	81,47	Empenho para pagamento de Diária referente traslado do Srº Marcos Antônio do Museu Histórico de Itajaí, à residência da Srª Salete Pacheco Andrade, situada à Rua João Pinto Duarte Silva, Bairro Córrego Grande, Florianópolis SC, para buscar uma Obra de Arte do Artista Valter Smykala, a qual foi doada para o Museu Histórico de Itajaí, com saída dia 03/03/2015 às 10:00 Hs. e retorno no mesmo dia às 16:00 Hs. conforme roteiro de viagem em anexo e C.I. nº 034/2015 Gerência Educação
Prefeitura Municipal de Itajaí	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2481	27/05/2015	SAK SOM SONORIZAÇÃO LTDA. ME	460,00	460,00	460,00	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE 1 SONORIZAÇÃO DE MEDIO PORTE PARA O EVENTO JORNE DANÇA NO DIA 16/07/2015 NO GINASIO DO CORDEIROS. ATA: 027/2015. EXERCÍCIO: 2015 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Prefeitura Municipal de Itajaí	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2499	27/05/2015	SAK SOM SONORIZAÇÃO LTDA. ME	460,00	460,00	460,00	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO: 1 SONORIZAÇÃO DE MEDIO PORTE PARA O EVENTO REALIZADO ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONCERTO DE LANÇAMENTO DO CORAL HAPPY DAY E DA ENTREGA DA OBRA DE REFORMA DA QUADRA ESPORTIVA DA ESCOLA BASICA MARECHAL OLYMPIO FALCONIERI DA CUNHA (10/06). PERÍODO: EXERCÍCIO DE 2015. ATA: 027/2015 - SECRETARIA

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
									MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Prefeitura Municipal de Itajaí	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2365	18/05/2015	ARMANDO GONÇALVES ESPORTES - ME	17.092,80	17.092,80	17.092,80	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA ATUAR DURANTE OS JOGOS ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - PREGÃO 038/2015 - CONTRATO 060/2015 - RECURSOS PRÓPRIOS.
Prefeitura Municipal de Itajaí	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2492	27/05/2015	C. M. PONCIANO ME	716,00	716,00	716,00	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE 02 TENDAS 5X5 PARA ATENDER AS ATIVIDADES ESPORTIVAS E RECREATIVAS QUE FAZEM PARTE DA PROGRAMAÇÃO DE ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ NOS DIAS 08/06/2015 NA PRAÇA POLIESPORTIVA DE CORDEIROS E 12/06/2015 NA PRAÇA BEIRA RIO ATA: 037/2015. EXERCÍCIO: 2015 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TOTAL						36.607,68	36.607,68	36.607,68	

Cálculo Detalhado do Resultado Financeiro por especificações de Fonte de Recurso

A - RECURSOS VINCULADOS										
FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)					SUPERÁVIT/ DÉFICIT
	VALOR REGISTRADO	DEPÓSITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	AJUSTES	COM RPPS	DO RPPS	AJUSTE RPPS	EXCLUÍDO RPPS	
00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
01	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
02	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
03	292.892.832,95	3.260,72	192.778,09	8.303,21		292.688.490,93	292.688.490,93		0,00	SUPERAVIT
04	172.051,38	5.519,43	2.442,39	875,46		163.214,10	163.214,10		0,00	SUPERAVIT
05	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
06	26.291.418,40	756.214,56	3.459.413,15	2.581.511,14		19.494.279,55	0,00		19.494.279,55	SUPERAVIT
07	62.263,39	0,00	0,00	42.620,83		19.642,56	0,00		19.642,56	SUPERAVIT
08	6.590.683,18	215.050,94	0,00	1.380.811,19		4.994.821,05	0,00		4.994.821,05	SUPERAVIT



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

09	1.023.230,66	0,00	0,00	0,00		1.023.230,66	0,00		1.023.230,66	SUPERAVIT
10	323.905,03	3,00	492,74	65.483,32		257.925,97	0,00		257.925,97	SUPERAVIT
11	247.635,46	10.360,09	29.889,80	81.065,86		126.319,71	0,00		126.319,71	SUPERAVIT
12	5.269.399,03	56.108,15	5.198,68	756.218,95		4.451.873,25	0,00		4.451.873,25	SUPERAVIT
18	2.655.553,75	2.557.971,68	0,00	0,00		97.582,07	0,00		97.582,07	SUPERAVIT
19	1.324.553,67	1.281.421,38	0,00	0,00		43.132,29	0,00		43.132,29	SUPERAVIT
31	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
32	0,00	8.850,07	0,00	0,00		-8.850,07	0,00		-8.850,07	DÉFICIT
33	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
34	16.483.970,15	109.065,57	13.295,27	5.729.211,09		10.632.398,22	0,00		10.632.398,22	SUPERAVIT
35	977.705,70	0,00	406,20	91.737,29		885.562,21	0,00		885.562,21	SUPERAVIT
36	3.191.711,23	1.402,89	31.003,28	558.576,50		2.600.728,56	0,00		2.600.728,56	SUPERAVIT
37	430.271,66	17.321,98	0,00	213.503,74		199.445,94	0,00		199.445,94	SUPERAVIT
38	4.382.391,23	36.830,46	1.502.690,60	515.921,27		2.326.948,90	0,00		2.326.948,90	SUPERAVIT
39	292.982,44	0,00	0,00	0,00		292.982,44	0,00		292.982,44	SUPERAVIT
40	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
41	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
42	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
61	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
62	14.852,52	-2.656,51	0,00	0,00		17.509,03	0,00		17.509,03	SUPERAVIT
63	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
64	2.347.448,15	0,00	0,00	1.269.393,75		1.078.054,40	0,00		1.078.054,40	SUPERAVIT
65	403.831,57	0,00	2.091,20	64.029,37		337.711,00	0,00		337.711,00	SUPERAVIT
66	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
67	2.042.662,56	824,22	84.250,66	55.200,04		1.902.387,64	0,00		1.902.387,64	SUPERAVIT
68	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT

80	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
81	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
82	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
83	603.158,41	4.396,45	0,00	0,00		598.761,96	0,00		598.761,96	SUPERAVIT
84	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
85	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
86	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
87	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
88	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
89	458.772,17	0,00	0,00	125.380,00		333.392,17	0,00		333.392,17	SUPERAVIT
93	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
T.	368.483.284,69	5.061.945,08	5.323.952,06	13.539.843,01	0,00	344.557.544,54	292.851.705,03	0,00	51.705.839,51	

B RECURSOS ORDINÁRIOS							
FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)		SUPERÁVIT/DÉFICIT
	VALOR REGISTRADO	DEPÓSITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	AJUSTES	DISPONIBILIDADE DE CAIXA AJUSTADA	
0	17.298.155,03	1.647.685,56	2.146.779,76	2.456.811,86		11.046.877,85	SUPERAVIT
1	4.511.810,53	662.705,74	484.451,05	0,00		3.364.653,74	SUPERAVIT
2	671.405,43	194.161,77	355.616,02	120.743,93		883,71	SUPERAVIT
T.	22.481.370,99	2.504.553,07	2.986.846,83	2.577.555,79	0,00	14.412.415,30	

Obs.: As disponibilidades de caixa do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto e do RPPS foram consideradas como recursos vinculados.